

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A higiene nas páginas da *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**

**MARISA DA SILVA CUNHA**

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha**

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

Campinas

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

C914h Cunha, Marisa da Silva, 1959-  
A higiene nas paginas da Revista de Ensino da  
Associação Beneficente do Professorado Público de São  
Paulo (1902-1918) / Marisa da Silva Cunha. – Campinas, SP:  
[s.n.], 2011.

Orientador: Heloísa Helena Pimenta Rocha.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. História. 3. Higiene. 4. Pedagogia –  
Periódicos. I. Rocha, Heloísa Helena Pimenta. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de  
Educação. III. Título.

11-195/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês** The hygiene in the pages of Revista de Ensino da Associação  
Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)

**Palavras-chave em inglês:**

Education

History

Hygiene

Educational Periodic

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Mestre em Educação

**Banca examinadora:**

Heloísa Helena Pimenta Rocha (Orientador)

Maurilane de Souza Biccas

Carmen Lúcia Soares

Luciana Maria Viviani

Norma Sandra de Almeida Ferreira

Data da defesa: 14/09/2011

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: [marisacunhpdg@gmail.com](mailto:marisacunhpdg@gmail.com)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A higiene nas páginas da *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**

Autora: Marisa da Silva Cunha

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Marisa da Silva Cunha e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 14/09/2011.

Assinatura Orientadora Heloísa Helena Pimenta Rocha

COMISSÃO JULGADORA:

Maurilani de Souza Baccas  
Isaura Maria de Souza  
Heloísa Helena Pimenta Rocha

2011

# Resumo

A questão da higiene adquiriu vulto na cidade de São Paulo, a partir dos problemas gerados com a expansão demográfica resultante da política de imigração subsidiada pelo governo em fins do século XIX. A capital foi assolada por epidemias que colocaram em risco a base da economia estadual. Em face desses problemas, as questões de higiene e saúde tornaram-se prementes em função do processo de urbanização da cidade de São Paulo.

Preocupados em combater os problemas de saúde que se alastravam na cidade, os médicos higienistas procuraram ordenar os espaços público e privado, elegendo a escola como lugar central nas estratégias que visavam orientar novos hábitos e costumes nas crianças, para se chegar à família.

Esta pesquisa tem como objetivo examinar como a higiene participa do conjunto de questões em discussão no processo de constituição do campo educacional. A *Revista de Ensino*, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista, foi escolhida como fonte de pesquisa, pela sua importância como espaço de organização e legitimação do campo educacional de São Paulo. O recorte temporal refere-se aos anos de 1902 a 1918, período em que o periódico circulou no Estado de São Paulo.

Palavras chave: Educação, História, Higiene, *Revista de Ensino*, Periódico Pedagógico.

# Abstract

The issue of hygiene acquired shape in the city of São Paulo, from the problems generated with the population growth resulting from immigration policy subsidized by the government in the late nineteenth century. The capital was besieged by epidemics that endangered the basis of the state economy. Face of these problems, the issues of hygiene and health have become pressing due to the urbanization process of São Paulo city.

Concerned about combat the health problems that spreaded out in the city, doctors hygienists sought order the public and private spaces, choosing the school as a central place in strategies aimed at guiding new customs and habits in children, to reach the family.

This research aims to examine how the hygiene participates of the set of issues under discussion in the process of constituting the field of education. The *Revista de Ensino*, an agency of the Associação Beneficente do Professorado Público Paulista, was chosen as a research resource, due its importance as a space of organization and legitimacy of the educational field of São Paulo. The selected time refers to years 1902 to 1918, period in which the *Revista de Ensino* circulated in the State of São Paulo.

Keywords: Education, History, Hygiene, *Revista de Ensino*, Educational Periodic.

# Dedicatória

Dedico este trabalho a meu marido Olavo e a meus filhos Oton Rúbio, Andiara Núbia e Lunara Morena, pelo apoio incondicional que me deram, sem o qual esse trabalho não seria possível.

À minha mãe Maria Emília e minha sogra Maria Aparecida, pela força muitas vezes presente em pensamento.

À Estefany, minha amiguinha, que chegou no percurso desta pesquisa e que hoje é motivo de muitas alegrias.

# Agradecimentos

Agradeço à orientação da professora Heloísa Helena Pimenta Rocha.

Agradeço à banca examinadora professoras Maurilane de Souza Biccas e Carmen Lúcia Soares, pela contribuição valiosa que trouxeram para este trabalho e pela forma carinhosa com que me trataram.

Agradeço também às professoras Norma Sandra de Almeida Ferreira e Luciana Maria Viviani, pela leitura deste trabalho.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa Graça, Ana, Carol, João e especialmente ao Fernando pela leitura cuidadosa e pelas palavras de apoio.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>CAPÍTULO 1. São Paulo: uma cidade em busca da salubridade</b>	4
1.1. A cidade assume novos ares	7
1.2. Entre prescrições, intervenções e os ritmos da vida urbana	9
1.3. A cidade como objeto de regulamentação	15
<b>CAPÍTULO 2. <i>Revista de Ensino</i>: um periódico de professores para professores</b>	26
2.1. Uma entidade de profissionais ligados à educação	26
2.2. Um periódico da Associação Beneficente	29
2.3. Em meio a polêmicas e rupturas	31
2.4. A organização do sistema de ensino como objeto de disputa	33
2.5. Um periódico oficial	35
2.6. Uma nova direção	37
2.7. Sobre os artigos da <i>Revista de Ensino</i>	41
<b>CAPÍTULO 3. A higiene nas páginas da <i>Revista de Ensino</i></b>	46
3.1. Prevenir é combater as enfermidades	46
3.1.1. Hábitos	47
3.1.2. Asseio	49
3.1.3. Saúde	52
3.2 Educação física	58
3.3 Educação moral	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	75
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	77
<b>ANEXO</b>	89
Capa <i>Revista de Ensino</i>	90

## QUADROS

Quadro 1 – Artigos sobre higiene publicados na <i>Revista de Ensino</i>	42
---	----

## FIGURAS

Figura 1 – Treino no cavalete	60
Figura 2 - Treino no cavalete	60
Figura 3 – Treino no cavalete	60
Figura 4 - Natação de frene	61
Figura 5 – Natação de costas	62

# INTRODUÇÃO

São Paulo no final dos oitocentos foi palco de problemas gerados com o crescimento da cidade, resultado da política de imigração subsidiada pelo governo. Com o adensamento populacional na Capital, era comum encontrar a construção de habitações coletivas, como os cortiços que proliferaram em bairros proletários como Brás, Bexiga, Barra Funda e Santa Efigênia. Locais considerados insalubres, que acomodavam um aglomerado de pessoas, vivendo em condições adversas, propícias à proliferação de epidemias.

Problemas como pobreza, falta de alimentação, desemprego, miséria e epidemias, colocaram em risco a base da economia estadual. A questão da higiene adquiriu vulto na cidade de São Paulo, tornando-se premente em função do processo de urbanização (RIBEIRO, 1993).

Preocupados em combater os problemas de saúde que se alastravam na cidade, os médicos higienistas procuraram ordenar os espaços público e privado, elegendo a escola como lugar central nas estratégias que visavam orientar novos hábitos e costumes nas crianças, para serem irradiados para as famílias.

A temática da higiene foi objeto de estudo realizado no Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2007, intitulado *A higiene na imprensa periódica paulista*. O objetivo foi efetuar um levantamento da presença da higiene em três periódicos pedagógicos: *Revista de Ensino*, *Revista Escolar* e *Revista de Educação*, periódicos que tiveram uma ampla circulação entre o professorado paulista nas primeiras décadas do século XX.

Elegendo a higiene como objeto de estudo, esta pesquisa tem como objetivo examinar como a higiene participa do conjunto de questões em discussão no processo de constituição do campo educacional. O recorte temporal refere-se aos anos de 1902 a 1918, período em que a *Revista de Ensino* circulou no Estado de São Paulo.

A *Revista de Ensino*, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, foi escolhida como fonte de pesquisa, pela sua importância como espaço de organização e legitimação do campo educacional de São Paulo, conforme o estudo realizado por Catani (2003) intitulado *Educadores à Meia-luz: um estudo sobre a Revista*

*de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. A autora procurou reconstruir o ciclo de vida do periódico, no intuito de compreender os investimentos dos professores paulistas, no trabalho de delimitação e organização do espaço destinado ao debate de questões relativas ao ensino nas duas primeiras décadas do século XX.

A Revista de Ensino foi fonte de pesquisa de outros trabalhos, como:

Vilas (2003), na dissertação de Mestrado intitulada *Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, a autora analisou os debates sobre o ensino e aprendizagem de leitura; Silva (2004), na tese de Doutorado intitulada *A Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade sócio profissional docente (1901-1910)*, analisou o perfil do grupo fundador e dos sujeitos sociais que administraram a Associação Beneficente e dirigiram a *Revista de Ensino* na primeira década do século XX; Faria (2009), na dissertação de Mestrado intitulada *Professores (des)assombrados: a luta pela manutenção dos direitos adquiridos nos periódicos paulistas especializados em educação (1902-1910)* analisou o debate sobre a manutenção dos direitos adquiridos, das condições de trabalho e recuperação salarial do professorado público paulista presente na *Revista de Ensino* durante a primeira década do século XX e Mathieson (2009), no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Conversas sobre ler e escrever: alfabetização e cultura escolar na Revista de Ensino (1902-1910)* analisou o debate pedagógico sobre o tema da alfabetização veiculado pela *Revista de Ensino* durante o período de 1902 a 1910; Gualtieri (2008) no trabalho intitulado *Leituras de formação: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX*, analisou as questões de raça, corpo e higiene discutidas no periódico.

Considerando que a criação do periódico fazia parte do projeto de uma associação de professores, com a finalidade de ter um órgão voltado aos interesses da instrução, defesa e orientação do professorado, questiona-se quem eram os autores dos artigos sobre a higiene? Baseados em que conhecimentos esses artigos eram escritos? A higiene aparece vinculada a que questões? A higiene adquiria o caráter de centralidade nos artigos, ou tratava-se de um tema apenas implícito nas discussões?

Para se obter um conhecimento maior do objeto de estudo, foi realizada a leitura dos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* referentes aos anos 1908 a 1918, procurando obter informações referentes às orientações oferecidas aos professores a respeito da higiene, visto tratar-se de um órgão oficial da Diretoria Geral de Instrução Pública.

Outro documento utilizado como fonte secundária foram as *Mensagens enviadas ao Congresso do Estado de São Paulo pelo Presidente do Estado de São Paulo*, referentes aos anos 1900 a 1918. A leitura dessa fonte foi realizada com a intenção de compreender o movimento que ocorria na cidade em relação à saúde pública.

Os exemplares da *Revista de Ensino* e do *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* foram pesquisados no acervo Paulo Bourroul do Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP e as *Mensagens do Presidente do Estado de São Paulo* encontram-se disponíveis on-line pelo site <http://www.crl.edu/brazil/provincial>.

Após reunir as informações sobre todos os números publicados da *Revista de Ensino*, foi realizado um esquadramento, a leitura minuciosa do material, seleção e categorização dos artigos que tratam da questão da higiene para a composição da análise. Embora a higiene não seja abordada como tema central em alguns artigos da *Revista de Ensino*, o assunto é bastante relevante para o período, por tratar-se de uma temática que fez parte das preocupações de médicos, educadores, representantes do governo, enfim, profissionais que buscaram soluções para atenuar os problemas de saúde da população.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo procurou-se examinar os problemas de insalubridade presentes na cidade de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX.

O exame da *Revista de Ensino*, como espaço de orientação e formação de professores das escolas primárias, realizados pelos profissionais da Associação Beneficente e da Diretoria Geral de Instrução Pública foi o objetivo do segundo capítulo.

No terceiro capítulo procurou-se examinar como a higiene figurou nas páginas da *Revista de Ensino* e os vínculos que foram engendrados entre a higiene e outras questões presentes no discurso pedagógico veiculado pelo periódico.

# CAPÍTULO 1

## **São Paulo: uma cidade em busca da salubridade**

Este capítulo tem como objetivo examinar os problemas de insalubridade presentes na cidade de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX.

Em meados do século XIX, o Estado de São Paulo contou com iniciativas particulares para a obtenção de mão de obra para a cultura cafeeira. Beighelman (1981), ao pesquisar o processo de imigração no Estado de São Paulo, explicita que a partir de 1841 o Senador Nicolau Vergueiro trouxe colonos para trabalhar em sua fazenda na região de Limeira, em sistema de parceria. Porém, com os descontos em relação à passagem, sustento do colono nos primeiros tempos e a metade da renda líquida anual do imigrante para o proprietário, esse sistema se mostrou desastroso. Os colonos se mantinham totalmente endividados com o fazendeiro, péssimas condições de trabalho e o desrespeito do fazendeiro para com os contratos, resultando em constantes atritos. A partir de 1881 houve um acordo misto entre fazendeiros e o governo, cada parte subsidiando metade da passagem do colono. O sistema de parceria foi substituído pelo salário para a cultura do café e pagamento da colheita por alqueire, o que possibilitava ao colono a formação de um pequeno pecúlio. Este tipo de remuneração era exclusivo dos setores cafeeiros em expansão.

O movimento imigratório obteve sucesso a partir de 1886, com a instituição de uma política imigrantista administrada pela Sociedade Promotora de Imigração (SPI), organizada por um grupo de agricultores, sob a anuência e cobertura de custos por parte do Presidente da Província, Dr. Antonio de Queiroz Telles (BEIGHELMAN, 1981).

Os cafeicultores preferiram o trabalhador livre nacional por considerá-lo preguiçoso, indisciplinado e inepto para o trabalho efetuado de modo organizado e regular, visto que trabalhavam o suficiente apenas para a sua sobrevivência. “O trabalhador nacional, do mesmo modo que o ex-escravo, só será utilizado, portanto, como mão-de-obra provisória e na formação de novas plantações” (TRENTO, 1989, p.26).

Pinto (2004), ao estudar a vida do trabalhador na cidade de São Paulo no período de 1890 a 1914, defende que a política imigrantista criava entraves legais e financeiros para evitar que o colono fosse proprietário de terras, pois assim abriria concorrência com o fazendeiro e não seria uma mão de obra barata para trabalhar na lavoura de café. Outros fatores que desestimulavam a permanência do colono na fazenda e o impulsionava para a cidade eram: baixo salário, impontualidade e fraude nos pagamentos, precárias condições higiênicas nas moradias e elevado custo com consultas médicas e remédios a cargo dos colonos. Para a autora, o mais grave era a falta de recurso dos colonos para recorrer a estâncias legais para defendê-los, impedindo um acordo com o fazendeiro. Ocorria assim, o deslocamento dos colonos para outra propriedade rural, vilarejo ou para a cidade de São Paulo.

Para Ribeiro (1993), que investigou as políticas públicas de saúde na cidade de São Paulo, a política imigrantista procurou criar uma oferta de trabalhadores superior às necessidades da lavoura, para aumentar a concorrência entre eles e manter a taxa salarial baixa. O contingente de imigrantes que vieram para o Estado de São Paulo no período de 1886 a 1895 foi de 620 mil pessoas, entre a imigração subsidiada e a imigração espontânea. Essa política trouxe uma forte expansão demográfica e graves problemas sociais.

Em 1888, foi construída a Hospedaria dos Imigrantes para abrigar as famílias de trabalhadores imigrantes que chegavam à Capital vindas de Santos, espaço que servia de abrigo e mercado de colonos, onde os capitalistas negociavam a compra da força de trabalho. A aglomeração de pessoas, excedendo os limites projetados para o prédio, tornava a Hospedaria um ambiente propício para a proliferação de doenças, agravando a situação de saúde e contribuindo para a disseminação de surtos epidêmicos causados por aqueles que já chegavam doentes e pelos imigrantes que contraíam doenças geradas pela falta de alimentação e higiene (RIBEIRO, 1993).

Chalhoub (1996), ao pesquisar as doenças na Corte Imperial, relaciona a política de embranquecimento da população brasileira, com as políticas de saúde. Para o autor, o governo procurou debelar a febre amarela por ser uma doença que ameaçava a economia cafeeira, pois ceifava vidas de trabalhadores brancos. Ao passo que, não houve um controle efetivo para erradicar doenças como cólera, tuberculose e varíola, apesar de

apresentarem uma taxa de mortalidade alta, por serem doenças centradas na população negra. Como consequência da política de embranquecimento da população

(...) ao combater a febre amarela e negligenciar as doenças que flagelavam a população negra, os doutores, na realidade, procuravam *mudar o ambiente com o intuito de auxiliar a natureza*. E o trabalho da natureza, coadjuvada pela imigração e pela miscigenação, era a eliminação paulatina da herança africana – isto é, a herança da *raça inferior* – presente na sociedade brasileira (1996, p.95).

Para Telarolli Jr (1996), que estudou a formação do serviço de saúde em São Paulo em fins do século XIX, as doenças epidêmicas como febre amarela e varíola cresceram à medida que se intensificou a entrada de imigrantes na segunda metade dos oitocentos. Os fatores que contribuíram para a degradação da saúde dos imigrantes foram: habitações pequenas e sem higiene nas colônias; clima quente e insalubre para o padrão europeu; união com brasileiros, causando miscigenação das raças, fator tido como promíscuo e degenerativo; ampla jornada de trabalho; custo elevado e dificuldade em obter assistência médica.

De acordo com Telarolli Jr (1996), a partir de 1889 o Estado de São Paulo viveu “o início de um período de 15 anos de grandes epidemias de febre amarela, além da varíola e da febre tifóide, de menor morbidade e mortalidade” (1996, p.49). A febre amarela incidiu regularmente nas cidades de Santos e Campinas, “daí se disseminando para o restante do estado, em ondas logo identificadas pela administração sanitária com a entrada de levas de imigrantes e com o transporte ferroviário” (1996, p.49).

Em 1896, concomitante com as doenças que grassavam no Estado, ocorreu uma crise na agricultura provocada pela superprodução de café. Os fazendeiros se viram sobrecarregados de dívidas, provocando a evasão dos colonos das fazendas, em situação de extrema penúria e criando nas áreas urbanas e principalmente na cidade de São Paulo “uma superoferta de trabalhadores, passando a contar com uma imensa população estrangeira de proletários, muitos dos quais engrossam as fileiras do subemprego e do desemprego temporário” (PINTO, 1994, p.45).

## 1.1 A cidade assume novos ares

Bruno (1984), ao estudar a cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX, afirma ser esta uma vila com ruas maltratadas, bondes puxados a burro e apresentando um aspecto bem colonial. Entroncamento de linhas férreas, viabilizando saídas para a região Oeste do Estado – área dos cafezais -, e para o Porto de Santos, exportador da produção cafeeira, a cidade de São Paulo se consolidou como centro político e financeiro do Estado. A própria municipalidade procurou eliminar traços de uma cidade pequena e rude, dando-lhe no começo do século XX um ar mais europeu, com a contribuição dos fazendeiros que construíram templos suntuosos e palacetes no lugar de igrejas antigas.

Em relação às moradias, os fazendeiros habitavam mansões luxuosas primeiramente na região da Luz, na época do Império, e, posteriormente, em uma região mais privilegiada, com ar puro, afastada dos rios que eram considerados símbolos de insalubridade e arquitetadas sob os rigores higienistas: o bairro de Higienópolis, no qual estava situada a Avenida Paulista, inaugurada em 1891, que passou a ser o endereço da alta sociedade paulistana (MARINS, 1998). “(...) essa avenida coroava como um divisor de águas do Tietê e Pinheiros. A série de palacetes aí edificadas constituiu a mais representativa mostra da arquitetura da *Belle Époque*” (TOLEDO, 1983, p. 73).

Para Ribeiro (1993), em termos habitacionais, havia bairros em que podiam ser encontrados pardieiros, casas antigas e cortiços que resistiram na região central e em suas imediações. Tratava-se da população pobre e do operariado em geral, que viviam em bairros proletários, em casas modestas, miseráveis, sem conforto, sem condições de higiene, geralmente padecendo com as consequências da falta de saneamento.

Rocha (2003a), em sua pesquisa sobre o papel do Instituto de Higiene na formulação de políticas de intervenção sanitária e nas iniciativas de formação de profissionais da saúde pública, afirma que as “levas de novos habitantes”, entre eles os enriquecidos fazendeiros de café, “vão construindo novos cenários, fazendo surgir elegantes cafés e confeitarias, luxuosas casas comerciais, atraentes vitrines e prósperas indústrias” (2003a, p.25). Porém, ainda segundo a autora, nem só de “luxo e bom gosto se tecem os fios dessa história. Doenças, fome, miséria, desemprego compõem a face menos nobre desse empreendimento civilizatório” (2003a, p. 25).

Pinto (1994) avaliou que o adensamento populacional provocado pela entrada dos imigrantes, ao se fixarem nos núcleos urbanos, contribuiu para elevar a miséria da cidade. Para tanto recorreu às avaliações de Chevalier ao considerar que

A imensa corrente imigratória favoreceu mais, nos seus primeiros tempos, a pobreza do que propriamente a prosperidade dos imigrantes. A grande imigração, ao colocar em marcha imensas levas de imigrantes pobres para a cidade de São Paulo, mercado de contratação de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, sem levar em conta as profundas limitações de emprego na economia local, contribuiu para a acumulação repentina de uma grande população desprovida dos mínimos recursos de subsistência na área urbana (apud PINTO, 1994, p.37).

Santos (2008), ao estudar a população pobre na cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do século XX, analisa que a preferência pelo trabalho do imigrante ocorreu pelo fato de o mesmo apresentar o perfil do trabalhador necessário aos interesses produtivos e às expectativas sociais e culturais de uma cidade como São Paulo, que se desenvolvia nos “padrões do comportamento europeu”. O autor pondera que, em relação à população nacional pobre, esta sofria rejeição referente ao seu modo de vida, se for levado em consideração que

Mesmo as precárias condições de saúde, higiene e o considerável número de mortos entre os nacionais, eram por vezes tratados como conseqüência dos costumes e hábitos dessas pessoas – aspectos de uma cultura e de uma maneira de se relacionar com o mundo indesejado pelas camadas mais abastadas e costumeiramente vinculados a uma suposta barbárie. Até os elevados índices de mortalidade das crianças dessa parcela, eram compreendidos como provas da necessidade de combater e eliminar a insalubridade, mas também a “vida desregrada, viciada e marginal” que levavam (2008, p.43-44).

A imagem que a sociedade fazia dos nacionais pobres era a de que viviam em péssimas condições de vida, com um modo de viver desqualificado, o que induzia à exclusão e práticas repressivas desses sujeitos, provocados pela

(...) pobreza vinculada ao comportamento fora dos padrões a que se aspirava – a embriaguez, a indolência e a não submissão a um serviço regrado – era indesejável e por isso desqualificada como manifestação da preguiça e da ignorância decorrente de uma vida viciada, imoral e perniciosa à sociedade (SANTOS, 2008, p.46).

A expansão urbana de São Paulo, decorrente do movimento imigratório trouxe graves problemas sociais, como: falta de habitações; moradias coletivas, como cortiços; acúmulo de lixo; insalubridade; falta de higiene pública; epidemias; rede de esgoto ineficiente; falta de água; criminalidade; subemprego; desemprego; depauperamento físico e miséria, que exigiram medidas administrativas da municipalidade (RIBEIRO, 1993).

A questão do saneamento vinha sendo alvo de preocupação das autoridades sanitárias desde 1850, quando a cidade teve uma epidemia de cólera. Nesse ano foi criada a Inspetoria de Saúde Pública e em 1877 foi criada a Repartição de Obras Públicas.

Em 1883, a Assembleia Legislativa da Província já discutia a necessidade de melhorar a higiene pública da cidade. A prática sanitária era pautada na teoria dos miasmas<sup>1</sup>, procurava-se acabar com as águas estagnadas e realizar a limpeza das ruas e casas, sem, contudo, intervir no corpo físico da população (COSTA, 1985). Jogar lixo nas margens dos rios implicava na possibilidade de multa, pois na época da estiagem, em que havia a redução do nível das águas, a sujeira passava pelos encanamentos, e o lixo depositado, em contato com o sol quente, exalava miasmas nocivos à saúde. “Havia carestia de água e faltava limpeza adequada, especialmente das ruas, várzeas e becos” (SANT’ANNA, 2007, p.131).

Desde 1885, as péssimas condições de asseio das moradias coletivas eram denunciadas pelos médicos, sendo que os cortiços eram considerados habitações inadequadas e prejudiciais à saúde dos moradores. Os médicos se posicionavam favoráveis à extinção dos mesmos e só divergiam em relação à construção de novas moradias coletivas: uns queriam a sua proibição, enquanto outros exigiam a manutenção da higiene para os cortiços existentes e os que porventura fossem construídos (BRESCIANI, 2010).

## **1.2 Entre prescrições, intervenções e os ritmos da vida urbana**

Em 06 de outubro de 1886 foi aprovado o Código de Posturas do Município de São Paulo, composto por 318 artigos que procuravam regularizar o espaço público e

---

<sup>1</sup> De acordo com Rosen (1994), a teoria miasmática consistia na crença de que os surtos epidêmicos de doenças contagiosas ocorriam pelo contato com o ar atmosférico, modificado pelas condições sanitárias ruins, o que resultaria em doenças.

privado, numa tentativa de normalizar a sociedade de modo geral. O Código de Posturas proibiu

(...) a construção de cortiços; regulamentou e definiu o tratamento a ser dado às construções, de forma a atender às necessidades de ventilação e isolamento da umidade; proibiu a instalação de estabelecimentos fabris que, de alguma forma, pudessem contribuir para a contaminação da atmosfera e das águas potáveis; determinou uma distância segura para o enterro de vítimas de epidemias e a localização mais apropriada para os hospitais e casas de saúde, no intuito de evitar que fossem agentes nocivos para a saúde pública, por falta de atenção aos preceitos higiênicos (BRESCIANI, 2010).

Pelo que se depreende do Código de Posturas, de maneira geral, os seus artigos estavam relacionados, mais diretamente, às questões sanitárias da cidade, compreendendo um amplo leque de medidas tomadas pelas autoridades governamentais no intuito de organizar e controlar o espaço urbano, que passava por várias transformações na época, conforme estamos apontando.

Na parte mais baixa da cidade, os terrenos pantanosos, margeando os rios, irregulares e sujeitos a alagamentos, vendidos a preços baixos, tornaram-se favoráveis às habitações que abrigavam a massa de colonos vinda para a cidade e os estrangeiros que entraram no país com a imigração subsidiada, colocando em evidência uma situação de marginalização do trabalhador e a manutenção da pobreza dos imigrantes.

As intervenções realizadas nas áreas de várzea da cidade de São Paulo, assim como o desvio do curso dos rios foram responsáveis pela disputa de terrenos e deslocamento de moradores a partir do ano de 1890, quando as estações ferroviárias se estabeleceram nesses terrenos próximos às margens dos rios Tietê e Tamanduateí, por ter um solo que apresentava melhor acomodação dos trilhos. Os terrenos tinham um preço baixo, o que despertou o interesse do comércio local, de pequenas oficinas e indústrias. O problema nessa região eram as constantes enchentes.

As fábricas se instalaram próximo às ferrovias pela facilidade de comunicação, transporte e distribuição de mercadorias, sendo a maioria operada por estrangeiros. O “inchaço” populacional ocorrido na cidade de São Paulo no início do século XX gerou uma grande oferta de mão de obra não especializada e uma situação de subempregos. Aumentou

o contingente de trabalhadores desempregados na capital, sendo que muitos passaram a viver como mendigos, houve falta de moradias e gêneros de primeiras necessidades.

Existiam poucas indústrias “que dispunham de instalações especialmente construídas e em adequadas condições higiênicas de trabalho. Mal iluminadas e pouco ventiladas, empregavam fartamente mulheres e crianças, às quais pagavam menos que aos homens” (QUEIROZ, 2004, p.28), aproveitando a abundância de mão de obra.

A indústria se desenvolvia explorando uma variedade de setores, tais como: têxtil, alimentício, vestuário, material de construção, móveis e o setor metalúrgico. O empresariado industrial paulista crescia em proporção inversa aos salários. Em relação ao operariado, a própria lei da oferta e da procura jogava o salário para baixo, criando um “pauperismo urbano” na capital, com padrões precários de consumo. Como consequência, a população apresentava um poder aquisitivo reduzido, comprometendo os níveis de saúde e higiene, com padrões alimentares deficientes e inadequados, baixa qualidade habitacional e pequena possibilidade de instrução (DECCA, 1990).

O prefeito de São Paulo, Conselheiro Antonio Prado, durante a gestão no período de 1899 a 1911 priorizou o embelezamento da cidade tratando os bairros periféricos com descaso. Os bairros operários padeciam com o abandono da municipalidade: precárias condições de conservação das ruas e sistema de transportes; falta de coleta de lixo nas calçadas; falta de água corrente limpa e suficiente; falta de esgoto; e proliferação de casas que destoavam das normas sanitárias e dos preceitos higiênicos. As ruas se enchiam de lama, com odores fétidos provocados pelo lixo acumulado por vários dias nos logradouros públicos até serem retirados. Os inspetores sanitários procuraram fiscalizar a população em geral, mais especificamente a população pobre considerada classe perigosa, por ser a disseminadora de doenças (RIBEIRO, 1993).

Faz-se importante esclarecer que nos bairros operários havia um grande número de imigrantes, mas também havia uma população de brasileiros e entre eles a população negra, os ex-escravos e os seus descendentes que faziam parte do quadro de “pauperismo urbano”. Wissembach (1998), ao estudar a privacidade da população negra, avalia que no decorrer de todo o período da escravidão brasileira os grupos de escravos e forros se deslocaram em direção aos núcleos urbanos, unindo-se aos aglomerados já existentes conhecidos como “territórios negros”. As composições de parentesco, os laços sociais e as

expressões culturais foram determinantes para desenvolver estruturas de resistência à dominação escravista e à discriminação social. Em São Paulo, a população negra ficou delimitada nos bairros: Bexiga, Barra Funda, Lavapés e Cambuci.

Com o movimento migratório de estrangeiros e nacionais vindos de outras regiões para a cidade de São Paulo, os trabalhadores negros e mestiços conviveram com outros grupos étnicos e sociais:

(...) dividindo bairros e coabitando moradias coletivas, compartilhando oportunidades de trabalho, amalgamando crenças religiosas e tradições culturais, a diversidade das classes populares implicou por certo adaptações, mas não significou de modo geral a diluição desses territórios (WISSEMBACH, 1998, p.100).

Os bairros operários foram o reduto de trabalhadores que viviam sob as mesmas condições, independente de sua origem, cultura ou nacionalidade. Wissembach (1998) procura descrever as habitações existentes e os distintos tipos sociais:

Nos lugares mais distantes, ou lado a lado com as edificações do centro das cidades, reproduziam-se em certo sentido as moradias das zonas rurais; repetia-se por vezes um mesmo padrão de construção, casas de meia-água, feitas dos materiais de que se dispunha – além do barro a sopapo, do sapé e da palha, resíduos materiais das atividades citadinas, caixotes de madeira, latas de querosene, folhas de zinco -, demonstrando acima de tudo a capacidade que os moradores tinham de se mimetizar com o meio, fosse qual fosse. No entanto, ao contrário das choças dispersas pelo interior, as chamadas casinhas enfileiravam-se, alinhadas ou desalinhadas, compartilhando muitas vezes de uma mesma cobertura, separadas por tênues paredes. A concentração, o viver conjunto em exíguos espaços, era o elemento mais característico da vida citadina e teve por certo profundas implicações (WISSEMBACH, 1998, p.101).

Assim como Wissembach (1998) e Rodrigues (2010), ao analisar a higiene e a habitação da cidade de São Paulo em fins do século XIX, traz o relato de um jornal da comunidade italiana referente às precárias condições de moradia existentes no bairro do Brás, local de concentração de comércio situado próximo à ferrovia. Vejamos:

Casario de um andar, composto de duas filas de aposentos baixos, sujos, úmidos, minúsculos, pouco arejados, limitando uma série de pequenos pátios. Eis como geralmente se apresenta um “cortiço”. Em cada cubículo, verdadeira colmeia humana, com frequência se comprime toda uma família de trabalhadores. Resulta,

dessa forma, uma promiscuidade de sexo e relativa falta de pudor, na ordem moral; sujeira, falta de qualquer comodidade, carência de ar saudável, na ordem física [...]. Como é triste pensar que muitas famílias de trabalhadores vivem em tais tugúrios, onde entre a falta de ar puro, a tísica e a tuberculose alcançam um fácil triunfo, que facilmente se explica, à vista de tais condições de vida. Diante desse quadro desolador, não é de se admirar o fato de que [a mortalidade infantil] alcance em São Paulo uma porcentagem tão elevada (apud RODRIGUES, 2010, p. 81- 82).

As descrições feitas por Wissembach (1998) e Rodrigues (2010) nos dão a dimensão da condição sub-humana em que vivia a população pobre, com carência de trabalho, saúde, habitando moradias insalubres, expostas às pestilências e conseqüente mortalidade.

A mortalidade infantil, em dados levantados em 1892 referentes aos óbitos na faixa etária de 0 a 7 anos foi de 2.443, sendo que deste total, 1.448 óbitos foram de crianças na faixa etária entre 0 a 12 meses, perfazendo 61% do total (RIBEIRO, 1993), ou seja, tratava-se de um índice elevado, sendo que as principais causas apontadas eram: “nascimentos ilegítimos, alimentação precária, habitações insalubres, abuso do álcool, falta de asseio e oscilações de temperatura e de umidade na atmosfera da Capital” (RIBEIRO, 1993, p.117). De acordo com o Dr. Jayme Serva, responsável pela Seção de Estatística Demografo-Sanitária:

A cidade não está preparada para receber tão grande aumento de população, sem casas necessárias e sem número suficiente para abrigar esse acréscimo de famílias...e criará motivos de se tornar menos saudável do que naturalmente seria, concorrendo para o desenvolvimento de certas enfermidades que muitas vezes se terminam por morte, principalmente das crianças (apud RIBEIRO, 1993, p.120).

Bertucci (1992), ao estudar a questão da saúde na imprensa operária no período de 1892 a 1925, explica que o bairro do Brás se tornou uma área propícia à propagação de epidemias. Localizado próximo à ferrovia, este bairro concentrava fábricas e comércios, com grande circulação de pessoas, o que favoreceu a disseminação da peste bubônica, originada na cidade de Santos. Esta epidemia acelerou a execução das obras para coleta de esgoto no bairro, reclamadas pela população.

Ainda em relação à peste bubônica, Ribeiro (1993) avalia que a possibilidade de alastramento foi facilitada pelas más condições de moradia, o “estado deplorável da limpeza pública, a irregularidade da remoção do lixo, as sujeiras acumuladas nas ruas e terrenos baldios [que] atraíam ratos” (1993, p.136).

A qualidade habitacional da população pobre, incluindo nesse universo os operários sem qualificação, era problemática. Refém de empresários que ofereciam baixos salários e proprietários que cobravam os aluguéis em valores elevados, não restava alternativa a não ser viver em habitações precárias, mesmo correndo risco para a saúde.

Uma vez que não se saneavam os problemas em sua origem, a derrubada dos cortiços e a interdição dos domicílios que não apresentavam as condições sanitárias desejadas provocavam tão-somente novos deslocamentos e a formação de novos antros de miséria, no dizer dos sanitaristas (Wissembach, 1998, p.107).

As casas das regiões operárias apresentavam insalubridade e abastecimento de água precário. Tratava-se de locais favoráveis à propagação de epidemias.

O tifo e a febre amarela (...) fomentavam temores novos, relacionados à presença de micróbios, que, por sua vez, eram acusados de preferir os locais habitados pelas classes populares, tradicionalmente consideradas importantes focos de doença e, portanto, de perigo (Diário Popular, apud Sant’Anna, 2007, p.181)<sup>2</sup>.

Bertucci (1992) chama a atenção para a situação do trabalhador cidadão vivendo em condições precárias, pagando aluguéis aviltantes por quartos infectos, carentes das mínimas condições higiênicas, escuros, sombrios, propagando vícios como o alcoolismo, focos “a priori” de doenças que, segundo as análises do período, comprometiam a descendência e o futuro do proletariado. Para a autora, esse seria o momento propício para a incorporação de medidas governamentais.

---

<sup>2</sup> Rocha (2003), ao analisar a estrutura dos serviços de saúde pública implantados em São Paulo a partir da criação do Serviço Sanitário e com base nos estudos de Ribeiro (1993), explica que coexistiam duas concepções distintas em relação à origem das doenças: a miasmática, que utilizava recursos de desinfecções para debelar as doenças transmissíveis (Serviço de Desinfecção Geral criado em 1896), e a bacteriológica, com a instituição de pesquisas científicas realizadas pelo Instituto Bacteriológico. A polaridade miasma – micróbio pautaria os serviços de saúde, caracterizando o momento de transição “em que a velha concepção não foi de todo abandonada e a nova não foi de todo aceita” (2003, p.33).

### 1.3 A cidade como objeto de regulamentação

Em 1891 o Estado começou a organizar o Serviço Sanitário procurando coordenar e redirecionar as “atividades relacionadas à cidade e sua população, cujos mecanismos de atuação social davam sinais de senilidade frente às aludidas alterações da vida urbana estadual e das mudanças políticas e institucionais inauguradas em 1889” (BERTUCCI, 1992, p.25).

Em abril de 1892, Vicente de Carvalho, secretário da recém-criada Secretaria dos Negócios do Interior, apresentou um balanço com dados sobre os problemas sanitários do Estado, destacando que

Mesmo em circunstâncias ordinárias, no gozo do clima tradicionalmente bom com que a natureza favorecia a generalidade do território paulista, a higiene devia preocupar seriamente a atenção dos poderes públicos. Era um dever de providência opor todas as resistências da higiene à invasão da imundície humana, que acompanha a acumulação progressiva das populações e que vinga mesmo contra as melhores condições naturais.

Desgraçadamente, não cabe já a nossa geração, o simples cumprimento dessa tarefa. É tarde para prevenir. A peste penetrou pelas portas escancaradas que o desleixo lhe facultou. Vimos encontrá-la vencendo na conquista do nosso território para a desolação e para a morte.

Não nos criemos ilusões inúteis e perigosas. Não fechemos os olhos diante da evidência. A febre amarela transpôs a barreira da Serra do Mar, que parecia opôr-se-lhe; e revela-se domiciliada, senhora do terreno, no opulento Oeste do Estado (SECRETARIA DO INTERIOR, apud TELAROLLI JR, 1996, p.139).

Diante da gravidade da doença que se alastrava e tirava tantas vidas, fazia-se necessário tomar providências para debelar esse mal. De acordo com Ribeiro (1993), os avanços das epidemias, sobretudo da epidemia de febre amarela na direção das cidades do Oeste Paulista, ameaçavam a continuidade da expansão cafeeira e da própria política de imigração em massa.

O Serviço Sanitário foi oficializado pela Lei nº 43 de 18/06/1892, subordinado à Secretaria do Estado do Interior. O órgão foi considerado um marco na elaboração da política sanitária paulista, por contemplar entre suas divisões um Conselho de Saúde Pública, responsável por emitir parecer sobre higiene e salubridade pública; e uma Diretoria de Higiene, executora das normas sanitárias, auxiliada pelas seções de Laboratório Farmacêutico, Laboratório de Análises Químicas, Laboratório Bacteriológico e Instituto

Vacinogênico. A inspeção escolar estava inserida nas atribuições de policiamento sanitário da Diretoria de Higiene.

O Serviço Sanitário tinha como atribuições o “estudo das questões de saúde pública, o saneamento das localidades e das habitações e a adoção de meios para prevenir, combater e atenuar as moléstias transmissíveis, endêmicas e epidêmicas” (RIBEIRO, 1993, p. 27).

Para Rocha (2010), que estudou as práticas de assistência e proteção à criança abandonada, instituídas pela Santa Casa de Misericórdia em fins do século XIX, o Serviço Sanitário “se configurava em uma tentativa no sentido de normalizar e regular a sociedade de maneira geral e o comportamento de seus habitantes, *policinando* as mais diversas esferas sociais” (2010, p.66).

Nesse sentido, os inspetores sanitários foram os grandes responsáveis pelas práticas e técnicas de policiamento e vigilância sanitária, exercendo controle médico sobre a população em geral e não sobre o indivíduo. Eles foram os organizadores e administradores do espaço coletivo, garantindo assim o funcionamento dos serviços de saúde pública (RIBEIRO, 1993).

Apesar da crença de que as epidemias eram transmitidas por emanções pútridas de águas estagnadas, o Serviço Sanitário foi organizado levando-se em conta as inovações científicas e as concepções sobre as formas de transmissão da doença, principalmente a partir dos estudos de Louis Pasteur sobre a microbiologia.

O Instituto Bacteriológico foi o responsável pelos diagnósticos das doenças e pelo auxílio ao Estado, para formular a ação sanitária contra as moléstias que grassavam na capital e nas cidades do interior. Diagnosticou a ocorrência de cólera, febre tifóide, peste bubônica e febre amarela. Os estudos sobre os modos de propagação da febre amarela se concentraram no período de 1894 a 1903, quando foi descoberta a forma de transmissão, após um surto que ocorreu na cidade de São Paulo. Tratava-se da doença que mais preocupou as autoridades sanitárias, por ceifar vidas dos trabalhadores agrícolas (TELAROLLI JR, 1996).

No ano de 1893 se alastrou uma epidemia de febre amarela na capital. O engenheiro do Serviço Sanitário, Theodoro Sampaio, enviou três ofícios a Cesário Motta Jr., Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, solicitando medidas

urgentes de intervenção no distrito de Santa Efigênia, foco da doença, com a preocupação de evitar “riscos de uma crise da saúde pública”. Segundo Cordeiro (2010), tratava-se de uma área propensa a desenvolver focos epidêmicos por possuir: drenagem natural, lençol d’água subterrâneo, sistema de esgoto desfavorável à saúde, e população “densa, residindo em construções, por vezes, irregulares e desprovidas de higiene” (CORDEIRO, 2010, p.12).

A Comissão formada para realizar uma inspeção na área afetada estava composta pelo engenheiro sanitário Theodoro Sampaio, o engenheiro civil da Diretoria de Obras Luiz César do Amaral Gama, e os médicos Candido Espinheira, Cunha Vasconcelos e Marcondes Machado<sup>3</sup>. A avaliação técnica impôs a necessidade de um plano de saneamento, da manutenção da higiene em um nível elevado para as habitações operárias e cortiços do distrito de Santa Efigênia, a que a equipe chamou de “chaga oculta no coração da cidade”, sendo as visitas domiciliares consideradas por eles como uma ação governamental para “salvar a cidade” (BRESCIANI, 2010).

Os tipos de habitações encontradas no distrito de Santa Efigênia foram: estalagens, cortiços, prédios transformados em hospedaria, comércio com aposentos nos fundos, hotéis-cortiços e sobrados convertidos em cortiços. Havia também sub-moradias, tratava-se de cubículos erguidos nos fundos dos depósitos de madeira ou outros materiais de construção, construídos em terrenos com oficinas de canteiros, nas cocheiras e estábulos. Alguns eram feitos com tábuas e outros cobertos com folhas de zinco.

No *Relatorio da Commissão de exame e inspecção das habitações operarias e cortiços no districto de Sta. Ephigenia*, documento oficial, a comissão descreveu que os cortiços ocupavam uma área no interior do quarteirão, geralmente no quintal de um prédio onde existia uma venda, um portão lateral de entrada estreita, passando por um corredor extenso, que dava acesso a um pátio. Havia uma área livre em que se avistavam pequenas

---

<sup>3</sup> Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937) nasceu na Bahia, formou-se na Politécnica em 1876, conhecido como geógrafo e historiador, engenheiro sanitário do Serviço Sanitário (1892-1893), consultor técnico e auxiliar da Seção de Demografia Sanitária, e chefe da Repartição de Águas e Esgotos. Em 1911 deixou o cargo de engenheiro sanitário do Estado.

Luiz César do Amaral Gama (1848-1921) nasceu em Campos no Rio de Janeiro, engenheiro civil da Diretoria de Obras. Candido Espinheira era médico, assumiu a direção do Hospital do Isolamento no período de 1894 a 1915, e a chefia da clínica do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia. Gregório da Cunha Vasconcelos foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e Octávio Marcondes Machado era inspetor sanitário do Serviço Sanitário. Cf. Ribeiro, 2010, e Rodrigues, 2010.

casas enfileiradas, com o mesmo estilo de construção e a mesma dimensão interna e externa em todas. Consta no capítulo III do Relatório a descrição das habitações:

São estas casinhas, em geral, soalhadas, forradas nos commodos de dormir e na salla da frente, sem outro systema de ventilação que o material por intermédio das janellas e portas. No commodo do fundo, onde não ha soalho nem forro, nem mesmo ladrilhos assenta um fogão ordinário e rudimentar com chaminé que pouco funciona em vista da sua má construcção ou do pouco cuidado que se lhe tem. Dahi vem que o interior dessas pequenas casas tem as paredes enegrecidas e pouco aceiadas, do tecto já se lhes não conhece a pintura sob a camada do sujo das moscas. As paredes com quadros de máo gosto tem o reboco ferido por uma infinidade de pregos e tornos de que pendem varios objetos de uso domestico e a roupa de serviço. Os moveis desagradavelmente dispostos tem sobre si empilhadas peças de roupa para lavar.

O commodo de dormir, aposento que occupa o centro de construcção, não tem lus nem ventilação nem capacidade para a gente que o ocupa á noite. De ordinário, no acto de dormir, é esta peça hermeticamente fechada. A família toda ahi se agasalha em numero de 4 a 6 pessoas e os moveis accumulados tomam por um terço a capacidade do aposento.

(...) A humidade do solo sobe pelas paredes poindo o papel ordinário que as reveste e danificando o soalho que não é ventilado e se assenta directamente sobre o terreno (apud CORDEIRO, 2010, p. 99).

Pobreza, miséria, imundície, carência de alimentos, ambientes infectos, propícios à transmissão das mais variadas doenças. Falta de condições financeiras? Falta de educação higiênica? Dormir em cômodos diminutos, compartilhados por várias pessoas, seria a condição para se obter um teto para dormir. Os habitantes dos cortiços viviam em condições deploráveis, com moradias apresentando as piores condições higiênicas. Filhos de uma vida adversa, a população pobre vivia um pauperismo físico, amargurando um destino infeliz.

De acordo com as leituras de Morse (1970), que estudou a formação histórica de São Paulo, com ênfase no processo de urbanização, a falta de higiene nos cortiços poderia ter como causa a pobreza, a aglomeração e a necessidade do trabalho feminino para o aumento da renda familiar, má qualidade e impropriedade das construções; falta de capacidade e má distribuição dos aposentos, luz e ventilação deficientes; falta de saneamento do terreno na área construída, e “falta de formação doméstica”. Para o autor, havia proprietários de cortiços que, mesmo tendo boas condições financeiras, moravam em condições insalubres, tais como os seus inquilinos.

Morse (1970) avalia que o problema habitacional dos cortiços não seria resolvido com a redistribuição da população local, o que se fazia necessário era a reeducação dessas pessoas, tendo em vista que:

(...) o cortiço não é apenas um fenômeno a ser abolido por meio de certas novas disposições físicas. Ele envolve uma atitude mental: um desinteresse pelo conforto e pela higiene e, muitas vezes, uma irresistível compulsão a viver, seja em que condições forem, perto da excitação, do movimento e das luzes do centro urbano e suas principais artérias (MORSE, 1970, p. 298).

A preocupação em debelar a febre amarela que afetou a população pobre, principalmente do Distrito de Santa Efigênia no ano de 1893, residia no fato de a mesma apresentar um índice elevado de mortalidade, atingindo a classe trabalhadora, homens produtivos em geral (nativos e estrangeiros), afetando “suas atividades em quase todas as etapas do processo produtivo” (TELAROLLI JR, 1996, p.67). A ação do Serviço Sanitário se concentrou na profilaxia da febre amarela que causava desestabilização na economia, afetando todos os estágios da produção, “e as demais atividades econômicas urbanas, como a incipiente indústria” (TELAROLLI JR, 1996, p.237).

Nos anos em que se propagou a febre amarela, houve conflitos em relação à administração da saúde pública entre o Estado e o poder local, principalmente em relação à diminuição da autonomia dos municípios pela Legislação de 1896, persistindo os fatores de insalubridade. À municipalidade ficou reservada a incumbência de realizar o saneamento básico do meio, o policiamento sanitário de todas as habitações, a fiscalização dos estabelecimentos industriais e comerciais, fiscalização da alimentação pública, a vacinação e revacinação, sendo supervisionadas pelas autoridades sanitárias estaduais. Quando ocorria um surto epidêmico, era o Estado quem organizava e executava as intervenções mais agressivas (RIBEIRO, 1993).

Apresentando uma legislação mais rígida em relação às habitações, em 02/03/1894 foi aprovado o Código Sanitário, proibindo terminantemente a construção de cortiços, casas de operários ou cubículos e responsabilizando a municipalidade pelo desaparecimento dos mesmos.

O Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894, composto por 520 artigos, distribuídos em 26 capítulos, continha normas que visavam regularizar o espaço público e

privado, evidenciando “um aperfeiçoamento das normas de caráter medicalizador com um gradual reconhecimento das características de salubridade dos elementos participantes do espaço urbano” (SEGAWA, 2004, p.350).

Nesse sentido, o Código Sanitário procurou ordenar e normatizar as construções residenciais, comerciais, industriais, escolas, proibir a construção de cortiços e demolir os que estivessem em pior estado de conservação (CORDEIRO, 2010). Essas demolições foram realizadas entre 1910 e 1911 para a remodelação da cidade.

Em relação à ocupação do espaço, o Código Sanitário de 1894 regulamentou o padrão das vilas operárias fora do perímetro urbano, como solução para o problema de moradia dos trabalhadores. Decca (1990), ao estudar a classe trabalhadora na cidade de São Paulo, revela que contando com benefícios da Prefeitura, as grandes indústrias optaram por construir vilas operárias para seus trabalhadores, adquirindo os terrenos em áreas de várzeas a preços baixos ou permutando-os com a municipalidade. O objetivo era construir casas modestas para fixar o operariado próximo das fábricas. As casas das vilas operárias, construídas com instalações sanitárias e cozinhas independentes, eram “construções adaptadas para moradia coletiva do operariado” (1990, p.19), que, para Decca (1990), se tornariam os cortiços típicos das décadas de 1920, 1930 e 1940.

Com referência à escola, local de reunião de pessoas que poderia apresentar a possibilidade de disseminação de doenças, “dada a vigilância contínua em que podem ser mantidos os alunos e o próprio lar” (SILVA, 2001, p.32), o Código Sanitário de 1894 estabelecia normas específicas para a construção dos prédios escolares, conservação higiênica das instalações, especificação da metragem cúbica das salas, do número máximo de alunos por sala, do número mínimo de sanitários por alunos admitidos, distribuição das horas de trabalhos escolares, mobiliário, iluminação, arejamento, profilaxia de doenças transmissíveis, exercícios físicos e orientações relativas aos hábitos de higiene (LIMA, 1985; SILVA, 2001).

Em 27 de janeiro de 1903, o Decreto nº 1343 reformulou o Serviço Sanitário, atribuindo aos inspetores sanitários a fiscalização da higiene escolar. Foram criados

distritos sanitários para atuar no território do Estado. Nas cidades do interior, a fiscalização ficou a cargo dos médicos encarregados da Comissão do Tracoma (BASILE, 1920)<sup>4</sup>.

Nesse ano de 1903 foi publicado na *Revista de Ensino*, na seção *Noticiário*, um informe no qual a redação procurou trazer orientações aos professores, em relação às medidas higiênicas a serem observadas no ambiente escolar, no intuito de salvaguardar o bem estar físico das crianças e evitar assim a transmissão da doença. Isolar os doentes, destruir fisicamente tudo o que pudesse de alguma forma ser objeto de contaminação, fechar classes, efetuar desinfecção geral eram orientações que as autoridades sanitárias prescreviam aos professores, em relação a moléstias que se propagavam no meio escolar. Vejamos:

Desde que um menino apresente febre, deve ser imediatamente retirado da escola. Em caso de varíola deverá ser retirado. Far-se-á desinfecção geral. Os professores e alumnos deverão ser revacinados. Só depois de 40 dias poderá voltar o alumno enfermo.

Escarlatina – Os enfermos serão retirados; livros e cadernos, destruídos. Desinfecção geral. Si, apesar das precauções tomadas, aparecerem dentro de poucos dias muitos casos, fechar-se-á a escola durante 40 dias.

Sarampão – Retirada dos enfermos; duração 16 dias. Destruição dos livros e cadernos dos enfermos; sendo necessario fechamento das classes frequentadas por menores de 6 annos.

Cataporas (varicela) – Retirada sucessiva dos affectados.

Parotidite (cachumbas) – Retirada sucessiva dos enfermos por 10 dias.

Coqueluche (tosse comprida)- Retirada sucessiva dos enfermos por 1 mez.

Sarnas e empigens – Retiradas sucessivas, volta depois do tratamento methodico.

Diphtheria – Retirada dos enfermos por 40 dias. Destruição dos livros e outros objetos que possam ser contaminados. Desinfecções seguidas (REVISTA DE ENSINO, anno II, nº 4, outubro de 1903, p.414).

Essas mesmas orientações voltariam a ser publicadas na *Revista de Ensino*, na seção *Noticiário*, no mês de Setembro de 1907, em um texto intitulado *Hygiene Escolar*. Vale realizar uma pausa e refletir, se no período de quatro anos foi necessário realizar as mesmas prescrições, podemos compreender com base em Lima (1985) que, nas primeiras décadas do século XX no Estado de São Paulo,

---

<sup>4</sup> De acordo com Basile (1920), a Comissão do Tracoma foi instituída para debelar essa epidemia que se alastrou na área cafeeira, Zona Oeste de São Paulo, em que os médicos realizavam a “inspecção oculistica dos alumnos das escolas. Essa Commissão especial, que estava tambem incumbida da prophylaxia do impaludismo e da ancylostomose, protegeu as crianças de uma zona vasta do Estado” (p.96)

Morria-se de uma infinidade de pragas naquela época e o interior não se diferenciava muito das capitais, quanto à variedade. A varíola, a febre amarela, a malária, a tuberculose e a lepra eram doenças comuns (...). A concentração urbana facilitava a disseminação dessas doenças (LIMA, 1985, p.89).

Em junho de 1909, a *Revista de Ensino* publicaria na seção *Noticiário* um texto intitulado *O pó das escolas*, no qual alertaria aos professores sobre o perigo da limpeza incorreta dos móveis e do chão, usualmente realizados por meio de “varrer e de espanejar”, expondo os alunos às “poeiras carregadas de germens nocivos” (REVISTA DE ENSINO, anno VIII, junho de 1909, p.71). Buscava-se chamar a atenção para a possibilidade de os alunos contraírem doenças como a tuberculose, tendo em vista que:

(...) a varredura a secco das carteiras, em vez de tirar o desasseio, o distribue em partículas mais finas, que fluctuam no ar e descem a cada móvel, para se alojar no pulmão da creança, quando a menor corrente de ar se produz a uma entrada qualquer (REVISTA DE ENSINO, anno VIII, junho de 1909, p.71).

Provavelmente a orientação aos professores sobre a higienização correta dos móveis para evitar doenças, deve-se ao fato de que a tuberculose era um mal que apresentava um alto grau de mortalidade. No ano de 1906 ceifou a vida de 344 pessoas na capital e 2.207 no interior do Estado de São Paulo. O presidente do Estado de São Paulo, Dr. Jorge Tibiriçá, na mensagem enviada ao Congresso Legislativo, ofereceu apoio do governo às iniciativas particulares para tentar conter esse mal:

É a tuberculose a moléstia que apresenta em toda parte maior coefficiente de mortalidade, e, por isso, não é de extranhar o grande numero de óbitos por ella produzidos, em nosso Estado. Merecem, pois, o auxilio dos poderes publicos as iniciativas particulares que tenham por fim a fundação de sanatórios populares para a prophylaxia e o tratamento da tuberculose (MENSAGEM ENVIADA AO CONGRESSO DO ESTADO a 14 de Julho de 1906, pelo Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado de São Paulo, p. 332).

Na primeira década do século XX, a mortalidade infantil continuava alta tanto na cidade de São Paulo, quanto nas cidades do interior. Em 1913, de mil crianças nascidas vivas, 97,6 % morreram por doenças do aparelho digestivo. Alguns médicos atribuíaam as

mortes das crianças à miséria e ao abandono, pelo fato de as mães irem trabalhar para suprir seus *parcos recursos*; outros apontavam a ignorância da mãe ao oferecer uma alimentação inadequada. A partir de 1896, constaria no regulamento do Serviço Sanitário a fiscalização do serviço das amas-de-leite (RIBEIRO, 1993).

O Serviço Sanitário atuou não apenas na fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados, como procurou intervir na saúde das crianças. Em 1911 com a reorganização do Código Sanitário, o serviço de amas-de-leite passou a constituir uma seção específica do Serviço Sanitário para atuar na capital. Foi criado o serviço de Inspeção Médica Escolar, com a nomeação de quatro inspetores para atuarem na fiscalização escolar: dr. Balthazar Vieira de Melo, dr. Alcino Braga, dr. Evaristo Bacelar e dr. Catta Preta.

A reforma do Código Sanitário realizada em 14 de novembro de 1911 pelo decreto nº 2141, resultou na ampliação das atribuições do Serviço Sanitário, com a fiscalização das atividades dos municípios e a instituição de uma inspeção específica para examinar as condições de saúde da população escolar. O serviços de inspeção médico-escolar tinha por finalidade atuar na capital, nas escolas públicas e particulares de ensino primário, secundário e profissional, de modo a melhorar as condições higiênico-sanitárias desses estabelecimentos, até a preservação da saúde do aluno e da comunidade escolar (SILVA, 2001).

Em relação à população em geral, o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado de São Paulo, enviou uma mensagem ao Congresso do Estado no ano de 1912, chamando a atenção para os cuidados com a higiene no Estado e a necessidade de uma vigilância maior dos poderes públicos, vejamos:

O serviço de hygiene do Estado está reclamando cuidados muito especiaes e instantes.

A população vae em aumento considerável procedente de vários pontos do mundo. Esse accúmulo de gente nóva e abundante, com hábitos e educação variados, espalhando-se por todos os pontos do território do Estado, torna mais necessária a vigilância dos poderes públicos e de seus auxiliares. E a falta de confiança nos meios de defesa contra as epidemias, como o desaceio das cidades, humilha a administração e véxa as populações que prosperam (MENSAGEM ENVIADA AO CONGRESSO DO ESTADO a 14 de Julho de 1912, pelo Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado de São Paulo, p. 546).

Os problemas de saúde da população de São Paulo não cessaram. O grande contingente de desempregados na cidade no final de 1913 aumentava a procura por cortiços. “A sujeira e a doença eram presenças constantes (...) os traços de humanidade se dissolviam na multidão assim concentrada, sem higiene e sem saúde” (RIBEIRO, 1993, p.155).

Para agravar a situação, a cidade de São Paulo conviveu em 1914 com um surto de febre tifoide, provocado pela má qualidade de água que abastecia a cidade. A solução apontada pelo Departamento Estadual do Trabalho, criado em 1911, seria desurbanizar a capital, reingressando os colonos nas cidades do interior do Estado. Para tanto seria preciso valorizar o trabalho agrícola, criando uma legislação de proteção do trabalhador do campo, oferecendo estímulo à pequena propriedade, por medidas facilitadoras de aquisição de lotes e estabelecendo uma relação de fortalecimento dos vínculos entre o trabalhador e a terra (RIBEIRO, 1993).

Em 1916 a Lei nº 1541 remodelou o serviço de inspeção médica-escolar, passando a constituir uma seção da Diretoria Geral da Instrução Pública. Novos procedimentos são estabelecidos com essa legislação: exame físico cuidadoso de todos os alunos, registro em fichas individuais, realizando um “dispositivo de produção de conhecimento sobre a infância” (ROCHA, 2005, p.105).

Nesse sentido a escola passou a ser pensada “enquanto lugar de saúde”, localizada “distante dos ruídos e das exalações, do mundo do trabalho, da doença e da morte (...)” (ROCHA, 2005, p.95).

Para Stephanou (2005) no estudo sobre os discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira, explica que

À escola, inserida numa rede de instituições, estava reservado o papel de formar crianças e jovens, futuros cidadãos, produzindo práticas individuais e coletivas, associadas ao propósito de constituição de sujeitos ocupados com sua higiene e sua saúde, seja pela ruptura face aos hábitos perniciosos herdados da família, seja pela conservação de práticas salutares, acrescidas de novas formas de ser e de pensar, esboçadas pelos médicos a partir da ciência e dos ideais de civilização e urbanidade (2005, p.150).

Nesse sentido, a escola seria considerada um lugar central para a confluência entre a medicina, a higiene e a educação escolar, que passaria também pelas preocupações e

olhar crítico dos educadores. A *Revista de Ensino*, como espaço de formação de professores, como veremos a seguir, seria o lugar onde circulariam os discursos dos profissionais envolvidos com o bem estar físico e a saúde das crianças.

## CAPÍTULO 2

### ***Revista de Ensino: um periódico de professores para professores***

Este capítulo tem como objetivo examinar a *Revista de Ensino*, como espaço de orientação e formação de professores das escolas primárias, realizados pelos profissionais da Associação Beneficente e da Diretoria Geral de Instrução Pública. Partimos do estudo pioneiro de Denice Bárbara Catani (2003) intitulado *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*, que investigou a *Revista de Ensino* como estratégia para a configuração do campo educacional.

#### **2.1 Uma entidade de profissionais ligados à educação**

A *Revista de Ensino*, periódico educacional publicado no Estado de São Paulo no período de 1902 a 1918, foi criada pela iniciativa da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo.

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, com sede na Capital, foi fundada em 27 de Janeiro de 1901 e tinha como objetivo reunir todos os membros do magistério público do Estado. A entidade era fruto da iniciativa de um grupo de profissionais ligados à educação, composto por nove diretores de grupos escolares, a totalidade dos inspetores escolares<sup>5</sup> (dez), dezesseis professores e três profissionais vinculados a altos cargos administrativos, todos formados pela Escola Normal. Tratava-se de uma identidade que os unia como um grupo de educadores, em uma organização que se propunha a congregar o professorado público, constituindo uma imagem unificada e

---

<sup>5</sup> A Lei nº 520 de 26.08.1897 determina em seu “Artigo 3.º - A direcção e inspecção do ensino serão exercidas pelo Governo, por intermedio de um inspector geral, com jurisdicção em todo o Estado. Este será auxiliado por dez inspectores escolares que servirão nas localidades para onde forem enviados de accordo com as exigencias da organização escolar”. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1897/lei%20n.520,%20de%2026.08.1897.html>> Acesso em 05 out 2010.

necessária para manter uma relação de hierarquia sobre o grupo a ser representado: os professores do ensino primário das escolas do Estado de São Paulo.

Nos estatutos da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, consta como justificativa para a criação da entidade, em seu Capítulo I, que trata da Associação, seus fins, sede e duração:

Art. 1º A Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo é a reunião de todos os professores públicos, de um e de outro sexo, que aderirem aos presentes estatutos, e terá por fim, não só proporcionar benefícios a cada um de seus membros, mas também promover a elevação moral e intellectual do professorado publico do Estado, com a adopção de todas as medidas tendentes a melhorar as condições da classe, tendo sua sede na capital de S. Paulo (REVISTA DE ENSINO, nº 1, anno I, abril de 1902, p.117).

Dentre os benefícios propostos pela Associação constavam: a defesa dos interesses dos professores como grupo profissional; a orientação ao professorado, procurando o aprimoramento intelectual; a prestação de serviços de assistência jurídica; os serviços assistenciais em relação à saúde e empréstimos financeiros; a criação de uma biblioteca especializada em educação e a realização de conferências pedagógicas.

O grupo de educadores da agremiação procurava articular junto ao professorado, as medidas que deveriam ser tomadas para a elevação do nível intelectual da classe, solicitando a colaboração de todos para “a regeneração do nosso ensino, já apontando os seus inconvenientes, já criticando os seus erros e defeitos, já indicando o que de bom lhe possa ser acrescentado” (REVISTA DE ENSINO, n.1, anno I, abril de 1902, p.5), ao mesmo tempo em que se comprometia a acolher “todas as idéas justas e que de algum modo venham influir para a reorganização das nossas escolas primarias” (REVISTA DE ENSINO, n.1, anno I, abril de 1902, p.5).

Vale esclarecer que a Associação Beneficente era administrada por uma diretoria composta por cinco membros, compreendendo: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, tesoureiro e um conselho fiscal composto por quatro membros eleitos conjuntamente com a diretoria a cada ano, sendo que “os integrantes das diretorias da entidade eram indivíduos vinculados às principais escolas, aparecendo assim

como aqueles que podiam fazer chegar aos centros de decisão os anseios do professorado” (CATANI, 2003, p.62).

Para a representação nos municípios, a Associação Beneficente contava com um delegado escolhido entre os sócios, e no caso de o município ter apenas um sócio, este seria o delegado com participação nas sessões da entidade como se fosse membro da Diretoria, quando de sua visita à capital (REVISTA DE ENSINO nº 1, anno I, abril de 1902).

Para compor a primeira diretoria da Associação Beneficente, foi nomeado Fernando Martins Bonilha Junior para presidente, a quem competia, entre outras atribuições, convocar e presidir as assembleias gerais e sessões extraordinárias, nomear comissões para representar a Associação, assim como representá-la em suas relações com terceiros e nomear o redator-chefe e auxiliares da revista.

No Relatório do movimento da Associação,<sup>6</sup> elaborado por Fernando Martins Bonilha no final do ano de 1901, ao se referir à fundação da agremiação, Bonilha apresentou o grupo fundador “definindo-se como um grupo constituído por *distinctos professores*, que, por se considerar dotado de uma exata percepção tanto das necessidades quanto dos interesses do professorado público paulista, se instituiu enquanto porta-voz da categoria” (SILVA, 2004, p.84, grifos da autora).

Alfredo Bresser da Silveira (diretor da Escola Modelo anexa à Escola Normal) foi nomeado vice-presidente, competindo a ele substituir o Presidente em caso de impedimento. Como primeiro secretário, Gabriel Ortiz (professor da Escola Complementar Modelo), deveria lavrar as atas das sessões e assembleias, e tratar da escrituração da sociedade. Francisco de Almeida Garret (professor) foi nomeado como 2º secretário, a quem incumbia auxiliar o primeiro Secretário e substituí-lo em seus impedimentos. Como tesoureiro, Joaquim Luiz de Brito (diretor do Grupo Escolar da Bela Vista) estava encarregado de pagar as despesas autorizadas pela diretoria, prestar contas aos diretores do movimento do capital social sempre que exigido, e apresentar em dezembro um balanço, que depois de aprovado pela direção da agremiação, seria impresso e distribuído aos associados (CATANI, 2003).

---

<sup>6</sup> Competia ao Presidente da Associação, de acordo com o “Art.19, § 6º Apresentar à Assembléia geral, ao findar sua administração, um relatório sobre o movimento, estado social e medidas necessárias” (REVISTA DE ENSINO, nº 1, anno I, abril de 1902, p.122).

Em junho de 1902, o 1º secretário Benedicto Galvão (eleito para a segunda Diretoria) reafirmou a legitimidade do grupo fundador, ao publicar um resumo das atividades da agremiação referentes aos meses de janeiro a maio de 1902 na *Revista de Ensino*. Neste documento, Galvão enalteceu o fato de “um grupo dos mais dedicados professores paulistas” conseguir fundar um grêmio para reunir os membros do magistério público do Estado, com objetivos “grandes, nobres e arrojados” e contando em pouco tempo com a adesão de mais de 300 associados dos mais variados pontos do Estado (REVISTA DE ENSINO, nº 2, anno I, junho de 1902). Galvão reforçou a imagem que os fundadores da Associação pretendiam engendrar de si e da entidade, no sentido de legitimar o grupo a ocupar espaço na organização do ensino público paulista, respaldado pelo sucesso da adesão do professorado a quem pretendia orientar.

## **2.2 Um periódico da Associação Beneficente**

A *Revista de Ensino* se constituía em uma das estratégias de configuração do campo educacional, sendo porta-voz da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ao trazer para as páginas do periódico as preocupações dos integrantes da diretoria da agremiação em relação à orientação pedagógica do professorado em geral, à congregação dos professores em uma categoria profissional e ao intuito de orientar o governo na legislação sobre a instrução pública, constituindo-se em um espaço de formação de professores.

Os objetivos da criação da *Revista de Ensino* foram especificados em uma circular enviada aos sócios, apresentando o aparecimento da mesma, a qual foi reproduzida no editorial do primeiro fascículo em 1902:

Temos a subida honra de levar ao vosso conhecimento que, em cumprimento ao disposto no Art. 30 dos nossos estatutos, iniciaremos a publicação da Revista do Professorado Publico no dia 27 de Janeiro próximo futuro.

Como organ da Associação, cujos fins e intuitos bem conheceis, sobre trazer os nossos consócios ao corrente do movimento associativo, a Revista visará, por todos os meios ao seu alcance, não só facilitar a tarefa do mestre, divulgando os melhores methodos e processos de ensino, como se empenhará, com o maior desvelo, para orientar o governo e os nossos legisladores na elaboração das leis futuras sobre instrucção publica. (REVISTA DE ENSINO, n.1, abril de 1902, p.3).

Desde o início da circulação da *Revista de Ensino*, o periódico contou com o auxílio que fora solicitado ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Bento Pereira Bueno, para a publicação dos fascículos na Tipografia do Diário Oficial<sup>7</sup>, tendo a autonomia editorial assegurada.

A *Revista de Ensino* foi criada pela Associação Beneficente que, desde a sua fundação, contou com o apoio de profissionais vinculados a altos cargos administrativos, como já foi citado. Constava no quadro de associados nomes como Dr. Mário Bulcão, Inspetor Geral do Ensino Público; Fernando Martins Bonilha Junior, professor do Liceu de Artes e Ofícios e 1º oficial de Gabinete do Secretário do Interior, ocupou o cargo de diretor da Associação Beneficente entre os anos 1901 a 1903 e 1907 a 1910; e Prelidiano Justo da Silva, 2º oficial de Gabinete do secretário do Interior.

Os integrantes do corpo editorial da *Revista de Ensino*, durante a gestão de Fernando Bonilha, entre os anos 1901 e 1903 eram: um redator–chefe, um redator–secretário e redatores efetivos. O redator-chefe era nomeado pelo presidente da Associação, e tinha como encargo dirigir criteriosamente as seções da revista, tinha autonomia para resolver as questões no âmbito da comissão editorial.

O redator-secretário, depois da extinção do cargo de redator-chefe (ocorrida em 1903), era nomeado pelo presidente da Associação e tinha como encargos: autorizar a publicação dos trabalhos dirigidos ao periódico pelos colaboradores, que eram todos os sócios honorários, contribuintes e os profissionais quando fossem assinantes; e também publicar outros trabalhos que considerava conveniente figurar na *Revista de Ensino*, podendo autorizar transcrições relativas ao ensino; propor à diretoria vetar os artigos que considerava inadequados para publicação, explicando os motivos para o autor, quando solicitado; classificar os artigos na ordem em que deveriam ser publicados, dando preferência aos que apresentavam questões mais atuais; e rever a última prova tipográfica

---

<sup>7</sup> O Dr. Bento Pereira Bueno, Secretário do Interior e Justiça do Estado de São Paulo autorizou a impressão do periódico a partir do primeiro número, atendendo a um pedido da Associação, através do ofício de 03/02/1902.

“Em solução ao vosso ofício n.15, de 21 de janeiro ultimo, tenho a satisfação de vos declarar que o Governo do Estado, reconhecendo que de uma Revista de Ensino, como a que vos propondes publicar, advirão reais vantagens para o desenvolvimento moral e intelectual das nossas escolas, resolve subsidiar a publicação da mesma, atribuindo a sua impressão às oficinas do ‘Diário Oficial’. Pelo que, vos convida a comparecer a esta Secretaria, a fim de ser estabelecida a maneira pela qual a dita publicação se faça regularmente” (REVISTA DE ENSINO nº. 1, anno I, abril 1902, p.145).

para manter a uniformidade da revista. Os redatores efetivos tinham como encargo fazer a leitura, separar e classificar os artigos para serem enviados ao redator secretário. A publicação do periódico era de responsabilidade da diretoria da Associação, sendo que o presidente da entidade acumulava o cargo de editor da mesma (CATANI, 2003).

### **2.3 Em meio a polêmicas e rupturas**

Em 1903, o governo decidiu estabelecer um desconto nos salários de todo o funcionalismo público estadual, para racionalizar o orçamento estatal. Esse fato gerou várias críticas por parte dos membros da Associação e foi o responsável pela dissonância entre a entidade e a Secretaria do Interior, ocorrido na gestão de Fernando Bonilha. Essa medida, aliada às decisões de revogação dos direitos garantidos pela lei nº 88, de 08/09/1892, que assegurava melhoria nos salários, desagradaram aos professores, resultando em críticas publicadas na *Revista de Ensino* (CATANI, 2003).

Em Janeiro de 1904 foi eleito como segundo presidente da Associação, o professor Arthur Breves, com uma administração pautada por mudanças. Diferente da gestão anterior, Breves elaborou um plano para gerir a entidade, o qual foi submetido à aprovação da assembleia em 24/01/1904. Intitulado *Programa para a gestão dos negócios sociais*, continha 15 artigos, sendo que alguns geraram polêmicas ao serem aprovados, principalmente o “Artigo 13º - que propunha que não se deveria apoiar nenhum governo que, para manter-se, seja obrigado a suprimir as liberdades individuais – que gerou mais discussão” (SILVA, 2004, p.127, grifos da autora).

De acordo com Catani (2003), a gestão de Arthur Breves na direção da Associação Beneficente foi marcada por um tom combativo em um momento em que a entidade desenvolvia uma luta acirrada pelos direitos dos docentes.

Durante todo o ano de 1904, a Associação direcionou críticas ao governo em relação à situação das escolas públicas, com os professores trabalhando em condições adversas e recebendo baixos salários, e às reformas e regulamentos da instrução paulista, realizadas sem a participação dos professores. Essas críticas orientaram ataques explícitos aos legisladores nos editoriais e em artigos escritos por educadores, resultando na

suspensão da impressão da revista na Tipografia do Diário Oficial por ordem do Secretário do Interior, José Cardoso de Almeida. O periódico, a partir de então, passou a ser impresso em uma gráfica particular. A Associação Beneficente enfrentou problemas financeiros, que teriam como causa provável o não ressarcimento dos empréstimos<sup>8</sup> que a entidade efetuou para os professores, o que refletiu na irregularidade de publicação da revista, até a mesma parar de circular em Março de 1910 (CATANI, 2003).

Um dos fatos polêmicos criticados por Breves consta no relatório referente ao ano de 1905, publicado na *Revista de Ensino* em Janeiro de 1906. O documento apontava as discrepâncias entre a organização do ensino na capital, que contava com o respaldo metodológico da Escola Modelo, e o ensino das escolas isoladas, em que o professor era o responsável por todas as etapas organizacionais do ensino: administrativa, pedagógica, polivalência na docência, ou seja, um professor ministrando todas as disciplinas, sendo que “para muitos professores e diretores vivendo nas cidades do interior, a Escola-Modelo era apenas um nome ou um mito (...) muitos desses profissionais não foram formados pela Escola Normal, alguns sequer pelas escolas complementares” (SOUZA, 1998, p.59). A falta de uniformidade e padronização entre os grupos escolares e as escolas isoladas “viria a se constituir em um dos maiores problemas do ensino primário paulista, na opinião de inspetores e profissionais da educação” (SOUZA, 1998, p.60).

Em 1907, Fernando Martins Bonilha Júnior assumiu novamente a presidência da Associação, permanecendo no cargo até o ano de 1910. Bonilha Júnior procurou utilizar um tom mais ameno em relação à da situação do ensino paulista e à questão salarial, procurando atenuar as críticas da gestão anterior. Nesse período a Associação apresentou problemas financeiros, sofrendo interrupções na publicação da revista, sendo que a mesma parou de circular em março de 1910. A *Revista de Ensino* voltaria a ser publicada em junho de 1911 sob a administração da Diretoria Geral de Instrução Pública.

---

<sup>8</sup> A Associação Beneficente tinha como proposta realizar um trabalho de assistência através de iniciativas como a Caixa de Empréstimos, que consistia em fornecer dinheiro aos professores momentaneamente necessitados, mediante o juro de um por cento ao mês a ser amortizado em prestações mensais de 20 por cento sobre os vencimentos dos associados. Por motivo de abusos, em substituição foi criada a Caixa de Auxílio Condicional que fornecia dinheiro, independente de juros, em condições previamente estabelecidas, como: condições especiais da Diretoria, auxílio pecuniário aos ingressantes no magistério, e aos que não desajassem fazer uso do auxílio de moléstia ou invalidez (CATANI, 2003).

Em 1912 Ramon Roca Dordal assumiu a presidência da Associação Beneficente permanecendo oficialmente no cargo até o ano de 1930, quando a entidade foi incorporada pelo Centro do Professorado Paulista – CPP, com sede na cidade de São Paulo (CATANI, 2003).

## 2.4 A organização do sistema de ensino como objeto de disputa

A questão da uniformização e sistematização do ensino<sup>9</sup> foi um dos primeiros temas a serem discutidos na *Revista de Ensino*. Com o texto intitulado *A Questão dos Programmas*, publicado no mês de abril de 1902, o professor Romão Puiggari considerava que a diversidade de programas constantes no “aparelho escolar” era o principal problema para a organização do ensino, por se encontrar métodos de ensino dispersos nas escolas. Tendo como objetivo agrupar os programas em uma única finalidade, avaliava suas dificuldades e a necessidade de um processo paulatino de mudança. Vejamos:

O período de organização de todo e qualquer aparelho é um período revolucionário, mais ou menos anarchico. A systematisação é sempre posterior e resulta da convicção da excellencia do aparelho organizado. Esta convicção está hoje profundamente arraigada no ensino publico. É tempo, pois, de entrarmos no período da definitiva systematisação (REVISTA DE ENSINO, nº 1, anno I, abril de 1902, p. 13).

O período anárquico ao qual Puiggari se referia, correspondia provavelmente ao da reforma do ensino que criou os grupos escolares, considerada “uma das mais

---

<sup>9</sup> De acordo com Souza (1998), no estudo sobre a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, a partir da reforma do ensino ocorrida em 1892, o ensino primário passou a compreender dois cursos de quatro anos: o preliminar, obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, que deveria ser ministrado nas escolas preliminares regidas por professores normalistas; em escolas intermédias, regidas por professores habilitados; escolas provisórias, regidas por professores interinos; escolas ambulantes para localidades pouco povoadas; e escolas noturnas, para localidades com frequência de 30 adultos. O curso complementar, destinado inicialmente a alunos habilitados no curso preliminar, “correspondia tanto à integralização do ensino primário às escolas de 2º grau previstas na reforma de 1890 (...) quanto a uma instrução intermediária entre o curso elementar e a escola secundária” (1998, p.44).

A partir de 1895 as escolas de 2º grau foram transformadas em escolas para formação de professores preliminares. O curso primário passou a ser ministrado em quatro anos nas escolas isoladas e cinco anos nos grupos escolares e escolas-modelo (Souza, 1999).

importantes inovações no ensino” (SOUZA, 1998, p.16) e que “tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos” (SOUZA, 1998, p.15-16). Passado o auge do período renovador, fazia-se necessário efetivar essa sistematização, que na opinião de Puiggari, primeiro deveria contemplar a elaboração de um *bom programa*, para então obter-se uma *boa escola*. Nessa escola, Puiggari defendia que o ensino primário deveria “ser educativo, isto é, procurar o desenvolvimento sob os tres pontos de vista: physico, intelectual e moral” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 1, abril de 1902, p.16). Avaliava que “a moral ensinada na escola não deve ser a moral abstracta, deve ser a moral aplicada”, tendo em vista que, ao contribuir com a “formação do character” do aluno, “deve ser a modificadora dos defeitos da sociedade, do meio” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 1, abril de 1902, p.16).

Para Silva (2004), que estudou o grupo fundador da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, o diagnóstico de Puiggari “produz uma crítica que serve como instrumento para a construção de uma proposta de ação, na qual a ideia de sistematização do ensino aparece associada à uniformização e intervenção estatal” (2004, p.120).

Em continuidade à questão do programa de ensino, o professor Arnaldo Barreto afirmava, no texto intitulado *As Conferencias Mensaes*, publicado no mês de Junho de 1902, na seção *Questões Geraes*, que o programa se constituía no “esqueleto do ensino”, que ao ser ministrado por um mestre inexperiente sem a orientação do método e a indicação de uma finalidade, seria “sempre um esqueleto”, ou seja, não haveria possibilidade de o Estado produzir “a systematização do ensino primário, que é um de nossos principaes objetivos” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 2, junho de 1902, p.157).

Barreto defendia que, para ocorrer a sistematização e uniformização do ensino, seria necessária uma orientação pedagógica unificada e direcionada a todo o professorado. Nesse sentido, ao procurar transmitir uma orientação que possibilitasse uma perfeita execução do programa, Barreto sugeria a realização de

(...) conferencias mensaes em todos os grupos escolares, de que fariam parte todos os professores das escolas isoladas do município, e em que se discutiriam theses atinentes não só ao ensino de cada matéria e ao seu fim educativo, mas tambem a assumptos geraes sobre disciplina, sobre os deveres dos mestres em

relação aos alumnos e ás suas famílias, e aos destes em relação áquelles, etc. (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 2, junho de 1902, p.157-158).

Destinadas a aperfeiçoar e uniformizar o ensino, Barreto considerava que as conferências apresentadas em forma de teses, contribuiriam para o aperfeiçoamento geral, através da sugestão de novas idéias, a indicação de novos processos, e tornando a escola mais atraente aos alunos e aos mestres. Classificadas como *Questões Geraes*, as teses compreenderiam questões doutrinárias, como a apreciação dos sistemas pedagógicos; *Disciplina escolar*, com teses relativas à boa ordem das diferentes classes; e *Methodos e processos de ensino*, com questões relativas ao ensino sob o ponto de vista físico, intelectual e moral.

## 2.5 Um periódico oficial

A partir de 1911, a Diretoria Geral da Instrução Pública<sup>10</sup> foi a responsável pelo subsídio e administração da *Revista de Ensino*. Oscar Thompson, diretor do órgão oficial reconheceu publicamente a contribuição do periódico pelos trabalhos desenvolvidos em “prol da instrução pública primaria, em um dos fatores indispensáveis ao desenvolvimento do ensino público paulista, com a divulgação de novos methodos e processos de ensino” (REVISTA DE ENSINO, nº 2, Setembro de 1911, p.1). A partir desta edição o periódico passou a ser distribuído gratuitamente para os membros da Associação. Esta atitude se constituiu na afirmação da Diretoria Geral da Instrução Pública, como órgão oficial orientador do professorado.

A Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo publicava desde 1907, o *Anuário do Ensino* como órgão oficial da repartição governamental, tendo dentre as finalidades, a divulgação de dados estatísticos e o movimento escolar de todo o Estado, a colaboração abundante sobre a parte técnica do ensino, os métodos empregados e os resultados práticos, assim como a divulgação dos progressos em matéria de ensino

---

<sup>10</sup> A Diretoria Geral da Instrução Pública foi criada pelo Decreto nº 1883 de 06 de junho de 1910, na gestão de Oscar Thompson, em substituição à Inspeção Geral de Instrução Pública. O objetivo da repartição era inspecionar o ensino preliminar público e particular do Estado de São Paulo. Tinha como atribuições a organização pedagógica, as questões de higiene e estatística escolar, a publicação do *Anuário de Ensino*, revistas pedagógicas e manuais de ensino (PAULO, 2007).

(CATANI, 2003). Vejamos a apresentação oficial da *Revista de Ensino* nas páginas do Anuário:

Não obstante, não constitue o Anuario, a nosso ver, nem deve constituir um manual ou guia de métodos e processos pedagógicos, senão um manancial de informações, um repositório de dados estatísticos que habilitem o pesquisador inteligente a fazer ideia clara de nosso aparelho escolar e do progresso que vão realizando as nossas escolas.

Demais, curando especialmente de questões de psicologia e methodologia, sob os auspícios da Directoria Geral, passou a ser publicada a Revista de Ensino, criada e mantida antes pela Associação Beneficente do Professorado Público.

A “Revista de Ensino” orgam doutrinário, divulgador de methods e processos pedagógicos, tornou-se complemento do Anuario. (ANUARIO DO ENSINO, 1911-1912, p.6).

A *Revista de Ensino*, ao ser subsidiada pela Diretoria Geral, teve como objetivo a orientação a respeito dos métodos e processos de ensino, numa perspectiva oficial, servindo de complemento ao Anuário. Nesse sentido o custo da *Revista de Ensino* seria barateado, pois diminuiria o volume de páginas com o desmembramento dos periódicos.

Com essa nova direção, a comissão de redação da *Revista de Ensino* ficou a cargo de quatro inspetores escolares: René Barreto, Miguel Carneiro Jr., José Monteiro Boanova e Aristides de Macedo. Os inspetores se revezavam na Comissão de Redação, sempre em número de quatro, a ponto de transitarem por ela todos os inspetores escolares da época (SILVEIRA, 1929).

No ano de 1916, a *Revista de Ensino* passou a ser distribuída gratuitamente também aos professores(as) dos grupos escolares do Estado, aos alunos do quarto ano das Escolas Normais e aos professores das escolas isoladas que as requisitassem.

A partir do mês de Setembro de 1916, a orientação da Diretoria Geral da Instrução Pública se voltou para os problemas internos das escolas primárias paulistas. Nesse sentido, a Diretoria Geral da Instrução Pública veio a público esclarecer, nas páginas da *Revista de Ensino*, o seu empenho na realização de palestras pedagógicas nos grupos escolares, para serem resolvidos os problemas metodológicos “orientando o nosso trabalho escolar para uma uniformidade, de que resultasse um verdadeiro systema de ensino primario paulista” (REVISTA DE ENSINO, nº 2, setembro de 1916, p.24).

As palestras pedagógicas não deram o retorno esperado pela Diretoria Geral, devido a uma “deficiência de preparo técnico que impera desassombadamente entre os nossos mestres” (REVISTA DE ENSINO, nº 1 e 2, junho e setembro de 1917, p.3). Para tentar resolver o problema, a Diretoria Geral da Instrução Pública estabeleceu que distribuiria um programa, contendo assuntos escolhidos, “com a recomendação expressa de serem postos em prática em aulas-modelo, na presença do corpo docente”. O objetivo seria o de “conseguir um pequeno preparo pedagógico imediatamente aliado à prática” (REVISTA DE ENSINO, nº 1 e 2, junho e setembro de 1917, p.3).

Em 1919 foi publicado o último número da *Revista de Ensino* relativo ao ano de 1918. Nessa ocasião, o editorial de dezembro de 1918 discorreu sobre a urgência de se remodelar o periódico oferecendo um direcionamento mais prático para os professores, tendo em vista que

Não sendo possível, porém, nem útil, traçar uma única forma de proceder para todos os professores, como, mais de uma vez, nós mesmos temos infrutiferamente tentado fazer, publicaremos dentre as variadíssimas opiniões sobre ensino, tudo quanto nos parecer útil, com a responsabilidade dos seus autores (REVISTA DE ENSINO, ano XVIII, nº 1 a 4, junho a dezembro de 1918, p.1).

Assim, a Diretoria Geral de Instrução Pública, na qualidade de um órgão governamental, que tinha legitimidade para aprovar ou vetar o que deveria ser colocado em pauta no trabalho pedagógico, pedia o recomeço da *Revista de Ensino* com a colaboração dos professores.

## **2.6 Uma nova orientação**

A Diretoria Geral da Instrução Pública tinha a intenção de abordar na *Revista de Ensino* apenas assuntos de interesse pedagógico, como era a proposta inicial do periódico. Assuntos referentes a questões que fugissem à esfera da prática educacional não seriam discutidos no periódico, tendo em vista que,

Deixando de parte quaisquer questões que não visem o puro papel educativo próprio da classe que representa, a *Revista de Ensino* manter-se-ha no terreno

elevado em que se ventilem sómente assumptos de interesse geral, dentro do circulo circumscripto á sua especialidade. (...) Assim, no interesse da instrucção publica de nosso Estado, esperamos de todos os srs. professores e a elles pedimos o auxilio de sua collaboração e solidariedade, bem como toda a cooperação reflectida e leal, no intuito de fazer que a *Revista de Ensino*, dando a medida exacta dos alevantados intuitos do professorado paulista, nos honre a todos, pelo critério dos assumptos de que cogite e pela intelligencia e delicadeza no desenvolvimento destes (REVISTA DE ENSINO nº 1, junho 1911, p.3).

Os assuntos deveriam ser pertinentes aos problemas de ensino, escolhidos com “critério” e “delicadeza no desenvolvimento”, ou seja, temas de interesse geral dos professores, definidos pelo grupo de inspetores que faziam parte do corpo editorial da revista e bem redigido para publicação. Ao que tudo indica, “por não ser possível oferecer um respaldo pedagógico no momento” para o professorado, a comissão de redação da *Revista de Ensino* optou por publicar artigos traduzidos, porém realçando a preocupação em omitir informações que não se applicassem à realidade escolar brasileira.

Boa parte dos membros da Associação Beneficente continuou a escrever artigos colaborando com a publicação da *Revista de Ensino*, depois que a mesma passou a ser administrada pela Diretoria Geral de Instrução Pública.

Muitos trabalhos escritos por inspetores, diretores e professores, como relatórios, palestras, conferências, etc. apresentados nos Anuários, seriam transcritos para a *Revista de Ensino*, assim como artigos de autoria de profissionais de outros países.

Tendo muito mais ampla tiragem, impondo muito menor dispêndio, tendo collaboração de Inspectores e Professores, a Revista póde ser mais largamente distribuída, pondo os que se interessam pelo ensino ao par das reformas, das modificações quaesquer do aparelho escolar, quer em nosso paiz, quer no estrangeiro, dando noticia dos trabalhos pedagógicos que mais se recommendam, offerecendo, em resumo ou traducção, as noções mais aproveitaveis, as lições mais dignas de imitar da didactica européa ou americana. (ANNUARIO DE ENSINO, 1911-1912, p.6).

Em relação à prática de traduzir artigos de outros países, a Inspeção Geral de Instrução Pública reconhecia a didática norte-americana como mais adiantada, procurando oferecer ao professorado paulista a organização pedagógica das escolas americanas, em seus diversos graus. Para tanto recorria às traduções e adaptações dos professores Arnaldo Barreto, J. Sttot e o Dr. Oscar de Sá Campello (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1908-1909).

Biccas (2008), ao pesquisar a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, na constituição do campo pedagógico mineiro, avaliou que o periódico utilizava “inúmeras traduções de artigos tirados de revistas estrangeiras e nacionais” (2008, p.175), compreendendo a presença desses textos diante de três diferentes possibilidades: primeiro pelo fato de a *Revista do Ensino* ter uma linha editorial aberta, “inspirada pela *pedagogia moderna*, que buscava fornecer bons modelos para os professores e ser configurada como uma espécie de *caixa de utensílios*” (2008, p.176, grifos da autora).

A segunda possibilidade estava relacionada ao acesso e inclusão de textos de outras revistas, que na visão da autora, indicavam que “os editores também as utilizavam como modelos para conceber a própria *Revista do Ensino*” (2008, p.176).

A terceira possibilidade dizia respeito à diversidade existente nos textos de outros impressos, o que poderia indicar tratar-se da questão do “julgamento dos editores sobre o número de colaboradores em condições de realizar as reflexões teórico metodológicas que se pretendia implementar nos referidos períodos” (2008, p.176).

Na *Revista de Ensino* paulista, os textos traduzidos se concentraram a partir da orientação da Diretoria Geral de Instrução Pública, que justificou a publicação de artigos traduzidos, declarando “não ser possível, neste momento, prestar-se ao aperfeiçoamento de nossas escolas e ao critério pedagógico, ainda incipiente e vacilante de muitos de nossos professores” (REVISTA DE ENSINO, anno X, junho de 1911, p.1). Tendo em vista a preocupação em oferecer uma orientação fundamentada em informações atualizadas e de interesse para a prática do professorado, os redatores tinham como proposta editar:

Trabalhos originaes, traducções, transcripções, noticias, etc. referentes ao movimento educativo em geral, á evolução do ensino, aos seus methodos e processos, tudo enfim que possa instruir e interessar utilmente o corpo de professores paulistas poderá ter seu logar nas paginas deste livro, cuja publicação – feita agora, como o foi há annos, a expensas do governo do Estado – ficará a cargo de quatro inspectores e será trimestral. (REVISTA DE ENSINO nº 1, Junho 1911, p.3)

Na *Revista de Ensino*, periódico que circulou no Estado de São Paulo, oferecer orientação aos professores baseada no ensino vigente nas escolas estrangeiras foi alvo de discordância do redator-chefe, Augusto Ribeiro de Carvalho. Intitulados *O actual programma de ensino dos grupos e da Escola Modelo, I, II e III*, e publicados como

editoriais nos meses de junho, setembro e dezembro de 1909, os artigos de Carvalho chamavam a atenção para a atração pelas coisas estrangeiras. O autor argumentava sobre a inadequação dos programas em relação ao desenvolvimento das crianças; e o fascínio com as coisas estrangeiras em matéria de ensino, tendo em vista que “para mudar a feição da escola nacional, não basta gozar das delícias de uma digressão de meia dúzia de meses pelas escolas americanas ou pelos estabelecimentos de ensino público europeu” (REVISTA DE ENSINO, nº 3, setembro de 1909, p.5).

Esta última argumentação dizia respeito à divergência de Carvalho, em relação à postura do governo de enviar para o exterior educadores paulistas, com a finalidade de estudar a organização de ensino dos países estrangeiros. Defendia que os sistemas, métodos e inovações de cada país só seriam úteis se fossem adaptados à realidade escolar brasileira. O que se colocava em evidência era a reorganização dos programas de ensino, tendo em vista a ênfase na psicologia advinda do modelo estrangeiro (CATANI, 2003), e que iria consolidar-se na década de 1910.

Em 1914, o presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes contratou o “médico pedagogo” Dr. Ugo Pizzolli, diretor da Escola Normal de Módena e catedrático da Universidade de Módena, Itália, para ministrar cursos de “alta cultura pedagógica” para professores do magistério paulista, priorizando os estudos antropométricos, por um período de um mês. O Dr. Pizzolli chefiou o Gabinete de Psicologia Experimental da Escola Normal da Praça da República, em São Paulo (MONARCHA, 2007), durante o período do curso.

A instalação do Gabinete de Psicologia foi justificada por Oscar Thompson, diretor da Escola Normal, pelo intuito de fazer a escola acompanhar o “movimento científico [que] se operava em toda parte em *benefício do ensino*”, com um “estudo científico da infância” (CARVALHO, 2001, p.293). Em 1909, Thompson, como Diretor da Instrução Pública de São Paulo, comandou um grupo de professores normalistas, que tinham como objetivo integrar a pedagogia com outros campos de conhecimento em expansão: a psicologia fisiológica, antropologia física e antropometria (MONARCHA, 2007).

Procurando compreender o que representou a instalação de um Gabinete de Psicologia Experimental, Carvalho (2001) nos explica que

A instalação do Gabinete foi justificada por Oscar Thompson, então Diretor da Escola Normal, como um esforço no sentido de fazer a Escola acompanhar o *movimento científico* que se operava por toda a parte em *benefício do ensino*. Teria o Governo do Estado entendido a *conveniência de se ampliarem os estudos teóricos e práticos da pedagogia* e, por isso, havia criado, além de uma cadeira de Psicologia Aplicada à Educação, o Gabinete. O objetivo da nova instituição pretendia-se o mesmo de similares estrangeiras, em especial norte-americanas: o *estudo científico* da infância, entendido como *exame metódico de todas as energias da criança*. (CARVALHO, 2001, p.293, grifos da autora).

Os cursos proferidos pelo Dr. Ugo Pizzolli foram reunidos em teses, publicadas originalmente no jornal *O Estado de São Paulo*<sup>11</sup> no período de junho de 1914 a março de 1915 e transcritas para a *Revista de Ensino*.

Em 1914, Júlio Mesquita, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, promoveria um Inquérito sobre a Instrução Pública, no intuito de produzir um diagnóstico sobre a situação vigente no ensino paulista, “e, com base nele, apresentar opiniões e sugestões para uma futura reforma educacional no estado” (BONTEMPI JR, 2006b, p.2). Integrando um grupo de elite, os entrevistados, “em sua quase totalidade” eram membros da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, participantes da diretoria e da redação da *Revista de Ensino*.

## 2.7 Sobre os artigos da *Revista de Ensino*

A temática da higiene obteve relevância ao lado de outras temáticas discutidas no periódico. Foi realizada a leitura de todos os fascículos da revista e selecionados os artigos em que a temática da higiene ocupa centralidade na discussão.

A seguir apresentaremos um quadro com os artigos publicados na *Revista de Ensino*, que contém a temática da higiene, relacionando o mês, ano, autor, título do artigo, seção e a origem. Esses artigos serão analisados no capítulo 3.

---

<sup>11</sup> Para se aquilatar a importância do jornal *O Estado de São Paulo*, tendo como diretor Júlio Mesquita, era um jornal moderno, “com suas marcas características de isenção, fiscalização dos poderes e prestação de serviço ao cidadão” (BONTEMPI JR, 2006b, p.1). Desde o início de suas atividades “a instrução era uma questão de primeira ordem em seu temário” (idem), com grande repercussão “à medida que chegava às mãos de um ‘maior número de leitores’” (idem).

**Quadro 1 – Artigos sobre higiene publicados na *Revista de Ensino***

<b>Mês/Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Seção</b>	<b>Origem</b>
06/1902	Manuel Baragiola	Gymnastica moderna	Pedagogia Prática	Nacional
08/1902	Manuel Baragiola	A natação nas escolas	Pedagogia Prática	Nacional
12/1902	Manuel Baragiola	A natação nas escolas	Pedagogia Prática	Nacional
02/1903	Augusto Ribeiro de Carvalho	Decadencia physica e moral: como podemos combatel-a	Questões Geraes	Nacional
10/1903	Redação	Medidas preventivas	Noticiário	Nacional
09/1907	Redação	Hygiene Escolar	Noticiário	Nacional
09/1908	Augusto Ribeiro de Carvalho	Educação Physica- Parque escolar de exercícios physicos	Questões Geraes	Nacional
06/1909	Redação	O pó das escolas	Noticiário	Nacional
12/1911	Dr. José Azurdia traduzido pelo Dr. Leopoldo de Freitas	A hygiene nas Escolas	Pedagogia	Tradução
12/1911	Theodoro de Moraes	O que os hábitos valem para o educador	Pedagogia	Nacional
03/1912	Benedicto Maria Tolosa	A escola e seu papel educativo	Pedagogia	Nacional
06/1912	Redação. Não menciona o nome do tradutor.	O movimento novo em educação	Pedagogia	Tradução

06/1912	Benedicto Maria Tolosa	A creança e sua educação	Pedagogia	Nacional
06/1912	Alcides Sangirardi	A responsabilidade dos mestres	Pedagogia	Nacional
12/1916	Mario Mandelli	Concurso da medicina na educação popular	Pedagogia	Nacional
03/1917	Guilherme Kulhman	Educação moral	Pedagogia	Nacional
12/1917 e 03/1918	Redação	Hygiene e educação	Práticas Pedagógicas	Nacional
12/1917 e 03/1918	Carlos da Silveira	Da educação e dos educadores	Práticas Pedagógicas	Nacional
06 a 12/1918	Carlos da Silveira	Da educação e dos educadores	Práticas Pedagógicas	Nacional

Para melhor compreensão a localização em que se encontravam os artigos, vale informar que as seções *Pedagogia Prática*, *Questões Geraes* e *Práticas Pedagógicas* formavam o eixo central da estrutura da *Revista de Ensino*, constituindo-se no espaço de maior visibilidade no periódico, em que eram publicados os assuntos de maior relevância.

Os trabalhos publicados na seção *Pedagogia Prática*, na fase em que a *Revista de Ensino* se encontrava sob a administração da Associação Beneficente (1902 a 1910), consistiam em modelos de lições de história, aritmética, geometria, linguagem, leitura, trabalhos de agulha, música, fisiografia, cartografia, natação, educação física e ensino militar, contendo muitas ilustrações e exemplos. Essas lições, apresentadas em forma de roteiros de práticas escolares, eram utilizadas como estratégia para formação docente e organização do campo normativo da Pedagogia, forneciam práticas que se formalizavam no uso de materiais que guardavam “forte relação com uma pedagogia em que tal *arte* é prescrita como boa imitação de um modelo” (CARVALHO, 2001, p.142) e que

(...) se organizam segundo a lógica de fornecer ao professor ‘coisas para usar’ na sala de aula (...) nessa lógica, uma revista é composta como uma espécie de caixa de utensílios, cujos usos supõem regras que não necessitam explicação e que, portanto, são dadas como regras culturalmente compartilhadas (CARVALHO, 2001, p.144).

De acordo com Catani (2003), durante o ano de 1905 foram publicados alguns trabalhos que deram uma atenção diferente às questões de ensino, compondo um discurso que não veiculava exclusivamente o modelo de lição, mas realizava uma orientação geral em relação às disciplinas.

A partir de 1911, a seção *Pedagogia* passou a publicar orientações direcionadas mais à reflexão dos professores, contendo artigos sobre as disciplinas escolares, como: leitura, ciências naturais, geografia, aritmética, desenho, educação física, educação moral, educação profissional, e sobre higiene, disciplina, atenção, educação da criança, entre outros. Posteriormente recebeu o nome de *Pedagogia e Práticas Pedagógicas*, preservando a mesma finalidade.

A seção *Questões Gerais*, publicada entre os anos 1902 e 1910, compreendia questões de natureza diversificada, como o desenvolvimento de material para o trabalho pedagógico dos professores, defesa do professorado, movimento escolar, pedido de abertura de novos grupos escolares, discussão sobre os programas de ensino, discussão sobre a realização de exercícios físicos nas escolas, entre outros. A partir do momento em que a Diretoria Geral da Instrução Pública assumiu o periódico, a seção *Questões Gerais* não apareceu mais na estrutura da revista, assim os assuntos que tomaram vulto e que seriam destaques nas discussões foram veiculados na seção *Pedagogia Prática*.

A seção *Noticiário* consistia em um espaço que trazia informações sobre a *Revista de Ensino*; os periódicos recebidos como permuta; o movimento escolar; Atos Oficiais; textos que deixaram de ser publicados por falta de espaço; falecimentos, entre outros. A partir de 1911, essa seção passou a ser veiculada com o título *Notas* com o mesmo conteúdo.

Os artigos que discutem a questão da higiene foram escritos por professores e inspetores de ensino. Até o ano de 1910 foram apresentados artigos nas seções *Pedagogia Prática*, *Questões Geraes* e *Noticiário*, sendo que os artigos da seção *Noticiário* foram

discutidos no primeiro capítulo. A partir de 1910 foram publicados dois artigos traduzidos, sendo que um não menciona o nome do autor e nem do tradutor.

A análise dos artigos será desenvolvida norteadada pelo princípio da educação integral fundamentado por Herbert Spencer. Para melhor compreensão, Kulesza (2006), ao estudar a introdução das ciências físicas e naturais no Brasil em fins do século XIX, explica que a educação brasileira foi influenciada pelo positivismo, porém existem evidências históricas de que o evolucionismo de Herbert Spencer “tenha tido uma influência mais marcante nos outros graus de ensino e, conseqüentemente, na educação brasileira como um todo” (2006, p.2).

Spencer considerava como medida absoluta do valor de um conhecimento a sua utilidade para a vida em geral, assim seria primordial que a escola ensinasse como viver de modo completo (KULESZA, 2006). Atribuía à natureza a maior parte da aprendizagem, sendo que a “autopreservação significaria necessariamente nos empenharmos na conservação da nossa saúde” (KULESZA, 2006, p.4).

Segundo Paiva (2004) a educação física para Spencer era concebida num sentido amplo, procedente tanto de fora como de dentro da escola. A educação física deveria estar em primeiro lugar nas ações e preocupações para ajudar a garantir a segurança pessoal, o que suscitaria saúde vigorosa e energia moral.

# CAPÍTULO 3

## **A higiene nas páginas da *Revista de Ensino***

Este capítulo tem como objetivo examinar como a higiene figurou nas páginas da *Revista de Ensino* e os vínculos que foram engendrados entre a higiene e outras questões presentes no discurso pedagógico veiculado pelo periódico. Procuramos realizar a análise agrupando esses vínculos por semelhança de abordagem. Assim um mesmo artigo pode participar de duas categorias de análise.

Na leitura dos artigos da *Revista de Ensino*, verificou-se que uma parte da temática da higiene encontrava-se vinculada às questões de saúde. Os artigos nacionais e traduzidos encontravam-se publicados na seção *Pedagogia Prática, Questões Geraes e Práticas Pedagógicas*. A análise das questões de ordem médica foi realizada com o título *Prevenir é combater as enfermidades*.

A higiene encontrava-se vinculada às questões referentes à educação física e educação moral. Os artigos foram escritos por educadores nacionais, publicados nas seções *Pedagogia Prática e Questões Geraes*. A análise dessas questões foi intitulada *Educação física e Educação Moral*.

### **3.1 *Prevenir é combater as enfermidades***<sup>12</sup>

Os artigos selecionados em relação à temática da higiene e relacionados com as questões de saúde são: *A hygiene nas escolas*, de José Azurdia, publicado em dezembro/1911; *O que os hábitos valem para o educador*, de Theodoro de Moraes, publicado em dezembro/1911; *A responsabilidade dos mestres*, de Alcides Sangirardi, publicado em junho/1912; *Concurso da Medicina na Educação Popular*, de Mario Mandelli, publicado em dezembro/1916; *Da educação e dos educadores*, de Carlos da

---

<sup>12</sup> Trata-se do título de um dos tópicos discutidos pelo Dr. José Azurdia, no texto intitulado *A hygiene nas escolas*, publicado na *Revista de Ensino* em dezembro de 1911.

Silveira, referente à publicação dos meses dezembro/1917 e março/1918 e a continuação do artigo referente à publicação dos meses junho a dezembro/1918.

A análise da temática da higiene vinculada à questão de saúde foi dividida em: hábitos; asseio e saúde.

### **3.1.1. Hábitos**

Intitulada *A hygiene nas escolas* e publicada na seção *Pedagogia*, a conferência realizada pelo Dr. José Azurdia<sup>13</sup>, catedrático e professor da Escola de Medicina na Guatemala e traduzida pelo Dr. Leopoldo de Freitas, bibliotecário da Escola Normal<sup>14</sup> foi transcrita para a *Revista de Ensino* em dezembro de 1911.

Azurdia considerava que a população encontrava-se viciada em hábitos ruins, sendo difícil a tarefa de erradicá-los. Compreendia que “vulgarizar os preceitos da hygiene entre a collectividade humana que os prejulga com desdem e com desagrado, quando não se encastela nos seus viciosos hábitos – é difficil tarefa, até ás vezes impossível” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.43).

A partir desse entendimento, o autor propunha ensinar a hygiene na escola, preparar a criança para defender a saúde, “dotando-a com um arsenal completo de conhecimentos práticos, de costumes bons e puros, de regimen severo na vida” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.43).

Azurdia destacava que o país (possivelmente estava se referindo à Guatemala) era receptivo à entrada de estrangeiros que “vem sedento de trabalho e de riqueza”, porém ocultava “no fundo de seu organismo a enfermidade contagiosa, a degenerescencia physica, quando não a epidemia moral que se alastra com rapidez” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.43).

Temendo que a “epidemia moral” influenciasse as “populações jovens”, o autor alertava para o perigo representado pelo elemento estrangeiro, estimando a “importância da hygiene, apreciando o seu alcance em favor do trabalho, da economia social, do

---

<sup>13</sup>As informações a respeito do Dr. José Azurdia foram obtidas em *The Pan American Sanitary Bureau: Its Origin, Development and Achievements*. Disponível em: <http://hist.library.paho.org/Spanish/BOL/v21n2p139.pdf>. Acesso em 20 Out. 2011.

<sup>14</sup> Informações sobre o Dr. Leopoldo de Freitas foram obtidas no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, ano 1912, p.85.

adiantamento, do esforço e da moralidade do Estado” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.43).

Intitulada *O que os hábitos valem para o educador* e publicada na seção *Pedagogia*, a *Revista de Ensino* transcreveu em dezembro de 1911 a conferência realizada no Grêmio Normalista Itapetiningano, por Theodoro de Moraes, inspetor escolar e professor da Escola Isolada anexa à Escola Normal da Capital<sup>15</sup>. O autor recorreu à psicologia geral que “esclarece a natureza do habito e as leis de sua formação” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.53), definindo-o como “uma tendência para responder com presteza e uniformidade aos estímulos externos ou internos” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.53), ou seja, nas palavras de Moraes, o hábito seria uma “atividade complexa da vida do homem, onde elle adquire toda a sua amplitude e soberania sob o tríplice aspecto physico, moral e intellectual” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.55).

Moraes creditou à educação a responsabilidade pelas mudanças positivas de comportamento, esclarecendo que “viver é habituar-se e a educação que nos prepará para a vida, tem os seus alicerces fundamentaes nos habitos bons e aperfeiçoadores” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.55).

O autor ressaltava que o papel do educador seria guiar a criança na formação de bons hábitos. Esses hábitos incluiriam, do ponto de vista físico, a energia que agiria sobre a nossa atividade, compreendendo que

O habito não facilita apenas os movimentos: elle os simplifica e aperfeiçoa, diminúe a fadiga que os embaraça, a principio, dá agilidade ao corpo, apura os nossos sentidos. É ao hábito, condição necessária a todo o progresso, que devemos a destreza, o desembaraço que nos facilita toda uma sorte de exercícios (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911,p.56).

Nesse sentido, a escola deveria antes de tudo “ser a inculcadora dos bons hábitos” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.61), procurando orientar a criança para “tornar-se um homem e como tal conduzir-se na vida” (REVISTA

---

<sup>15</sup> Informações sobre Theodoro de Moraes foram obtidas em BARBOZA, Andressa Cristina Coutinho. *Cartilha do Operário: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930)*. Dissertação de Mestrado (Educação) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.

DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.61), sob a responsabilidade do professor, que precisaria estar, acima de tudo vigilante em relação à transmissão dos bons hábitos.

Souza (2004), ao estudar a higiene escolar no curso de Pedagogia do Dr. Helvécio F. de Andrade, analisa que

Cultivar hábitos saudáveis desde a infância, acabar com os vícios e habituar a sociedade com atitudes higiênicas, prevenindo-as contra doenças; seriam tarefas reservadas não somente aos profissionais do campo médico, mas, a família e a escola deveriam dar as suas parcelas de contribuição. Desse modo cabia a escola preparar o homem saudável do futuro, moldando-o desde criança aos hábitos de higiene baseados nos preceitos da racionalidade científica (SOUZA, 2004, p.1).

### **3.1.2 Asseio**

O inspetor escolar Arnaldo Barreto sugeria aos professores primários elaborarem teses a respeito da questão da disciplina, teor do artigo intitulado *Conferencias Mensaes* e publicado na seção *Questões Geraes*, no mês de junho de 1902. Dentre as teses propostas, o inspetor questionava: “Como deverá proceder o professor para fazer sentir aos seus alunos de que devem apresentar-se limpos na classe, e de que nas suas relações sejam cortezes e delicados?” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 2, junho de 1902, p.164).

A partir do questionamento de Barreto, podemos sugerir que era preocupação dos professores orientarem as crianças em relação ao cumprimento dos preceitos higiênicos, ao considerar que “o asseio da escola é indispensável, porque ela é, por assim dizer, um espelho no qual os meninos se miram” (BRUZZO, 1989, p.5), tendo em vista o ambiente insalubre, carente de condições higiênicas, em que viviam as crianças, como verificado em relação aos problemas que afligiam a cidade de São Paulo.

Em 1912, o professor Benedicto Maria Tolosa participou de uma conferência, realizada na inauguração do 2º Grupo Escolar da cidade de Taubaté, em que estavam presentes pais e professores. Publicada com o título *A criança e sua educação* na seção *Pedagogia*, Tolosa, ao falar diretamente aos pais, utilizou um tom enérgico. Vejamos,

As regras de hygiene não se contam para nada no seio das famílias. A alimentação das crianças não é devidamente e racionalmente fiscalizada; o asseio do corpo é uma exceção, nos grandes centros, em que as dificuldades da vida

aglomeram famílias numerosas em casebres inabitáveis; a falta de compostura moral como exemplo diário – tudo concorre para nulificar a escola, em seus mais nobres intuitos (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 2, junho de 1912, p.44).

Tolosa criticava as crianças que frequentavam a escola e não apresentavam asseio e nem “cordialidade no coração”. Para o autor, a família deveria ser responsável por ensinar à criança a higiene pessoal e os preceitos morais. O não ensinamento desses preceitos, por parte dos pais, prejudicaria o trabalho do professor para modificar os hábitos dos alunos.

Como se pode verificar, no ano de 1902, Arnaldo Barreto indagava a respeito do asseio na apresentação dos alunos e, dez anos depois, Benedito Maria Tolosa praticamente fazia o mesmo questionamento falando diretamente aos pais. Os problemas que ocorriam na cidade, principalmente em relação às doenças e falta de higiene, afetavam diretamente a saúde da população escolar, implicando em questionamentos que faziam parte das discussões dos membros da Associação Beneficente, sendo publicados na *Revista de Ensino*, em forma de textos para a reflexão e orientação aos professores das escolas primárias.

Em dezembro de 1903, o inspetor escolar Joaquim Brito traduziu uma lição contendo vários temas, publicada com o título *Museu escolar – caixa de lição de cousas*, na seção *Pedagogia Prática*. A lição foi estruturada em forma de perguntas e respostas, cujos temas tratados trouxeram exemplos de utilidade para a vida cotidiana, a saber: o ferro, nomeando como utilidade canos para água e utensílios de cozinha; o aço, tendo com proveito tesouras, facas, canivetes, etc.; o cobre, como artefato em caçarolas, com a recomendação de fazer mal à saúde e a orientação de lavar as mãos com água e sabão depois de ter contato com o metal; iluminação, a partir da utilização de velas feitas a partir de gordura e, o petróleo. Na sequência, o autor apresentava como tema *O Sabão*. Vejamos,

O sabão

- Examinem bem o que tenho na mão, peguem-n-o, sinão o reconhecem com a vista; que é isto pois?

- Um pedaço de sabão.

- Para que é útil o sabão?

(Faça nomear todos os usos do sabão na limpeza).

- O aceio é indispensável á saúde. Em outra ocasião lhes explicarei que não respiramos só pela bocca e pulmões mas tambem pela pelle; para que nossa pelle possa respirar é preciso estar perfeitamente limpa. Nossas roupas devem tambem

conservar-se limpas, nossos moveis e todos os objectos de que nos servimos, pois, a falta de aceio póde causar toda espécie de enfermidades. Que devem fazer as creanças, pela manhã, antes de vir á escola?

- Que se experimenta quando se vê uma pessoa ou uma creança suja? Tem-se desejo de abraçal-a, de aproximar-se della e apertar-lhe a mão? (REVISTA DE ENSINO, anno II, nº5, dezembro de 1903, p.460).

Vigarello (1996), ao estudar a história da limpeza corporal na França, analisa que no início do século XIX os textos sobre higiene veiculavam “renovações de práticas, como por exemplo a promoção do sabão” (1996, p.187). Nomeando o sabão como um “cosmético por excelência”, seria além de um “instrumento de limpeza”, um “instrumento de saúde”, na medida em que “o sabão deterge a superfície cutânea das matérias gordurosas” (1996, p.187). Pelas concepções da época, o autor explica que a pele, como órgão respiratório, absorve oxigênio e exala ácido carbônico, compreende “o quanto é útil que ela seja mantida em boas condições de limpeza e flexibilidade” (1996, p.189).

Os temas destacados em cada lição, dizem respeito à vida cotidiana, especificamente aos objetos de uso na cozinha. Poderíamos supor que o tema do sabão estaria relacionado aos outros temas, na medida em que o sabão serviria não somente para a higiene corporal, mas para a higiene dos utensílios exemplificados na lição, ou seja, “todos os objetos de que nos servimos, pois, a falta de aceio pode causar toda espécie de enfermidades.” (REVISTA DE ENSINO, anno II, nº5, dezembro de 1903, p.460).

A lição além de procurar esclarecer a importância da higiene corporal para a saúde, remete também ao conceito da moralidade expresso nas duas últimas perguntas. Afinal, quem gostaria de se aproximar, apertar a mão ou mesmo abraçar uma pessoa que se afasta dos preceitos higiênicos e padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade? Em 1911, em artigo já comentado de Azurdia, o autor discutia que a aprendizagem da higiene pessoal resultaria em benefício da higiene pública, “regra que praticada com critério e tino previne muitas enfermidades em ambos os sexos, heranças mórbidas, e degenerescências na família e na espécie” (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.47). Em seguida, Azurdia oferecia uma lição prática de como utilizar uma linguagem mais acessível para o ensino das crianças, abordando frases de efeito para o combate às enfermidades:

Que criança é mais agradável entre os vossos companheiros, a assejada ou a mal assejada?

A limpeza é o capital do pobre. Com ella se entra por todas as portas e se atraem todas as vistas.

Não ha o que mais afaste a sympathia do que o desasseio. A limpeza é a inimiga de todas as enfermidades. A maioria das moléstias provêm do desasseio. As enfermidades contagiosas e as epidemias têm a sua origem na falta de limpeza.

O asco é um meio de defesa de que dispomos para nos collocarmos a coberto das enfermidades; segui este conselho e mais de uma vez vos recordareis de mim com gratidão: tende asco (REVISTA DE ENSINO, anno X, nº 3, dezembro de 1911, p.47).

Gualtieri (2008), no estudo sobre a questão da raça, corpo e higiene na *Revista de Ensino*, analisa que Azurdia, ao invocar a repulsa e o asco a tudo que é contrário à limpeza, direciona o leitor a “aprender que *a ciência social por excelência*, mais do que instruir, é útil para advertir, assustar o aluno relativamente aos perigos associados a práticas incultas” (2008, p.64, grifos da autora). Essa atitude de repúdio indica que “usa-se o conhecimento como recurso de autoridade para educar pelo e para o medo, para o asco, para produzir no indivíduo a experiência da repulsa” (2008, p.64). Experiência que procuraria manter a criança afastada das moléstias, ao empregar uma linguagem reflexiva para tornar prática a higienização da criança. Apesar de a repulsa e o asco serem utilizados como estratégias para afastar o perigo das doenças, havia males que se propagavam na escola independente do comportamento de aversão.

### 3.1.3 Saúde

Intitulado *A responsabilidade dos mestres*, e publicado na seção *Pedagogia* em 1912, o artigo de autoria de Alcides Sangirardi, professor do Grupo Escolar de Bananal<sup>16</sup>, afirmava que pertencia aos mestres a árdua tarefa de conhecer “os males que affectam a infancia”, para saber “evita-los, prevenindo os pequenos indefesos do perigoso inimigo

---

<sup>16</sup>As informações a respeito do professor Alcides Sangirardi foram obtidas em *Dicionário de ruas de São Paulo*. Disponível em: <http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>. Acesso em 07 Nov. 2011.

que, pouco a pouco, vai deformando seus frágeis organismos” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 2, junho de 1912, p.73).

Sangirardi destacava a preocupação do governo de países adiantados com um problema de saúde dos escolares: a falta de higiene ocular. Recorrendo a observações médicas, afirmava que a miopia era a doença do aparelho visual que mais se alastrava no meio escolar, “anulando por completo o esforço dos mestres e alumnos na lucta renhida contra a ignorância” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 2, junho de 1912, p.73), ou seja, a miopia seria a causa dos “alumnos retardados nos estudos” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 2, junho de 1912, p. 73).

O autor defendia que o mestre “não pode por negligencia tornar-se cúmplice desse grande mal”, competindo a ele impedir “tão grave moléstia” aplicando medidas como: evitar que os alunos fizessem leituras longas e aproximassem demasiadamente o livro em relação aos olhos, impedindo também que os alunos inclinassem a cabeça durante os trabalhos escolares. O mais conveniente seria “respeitar na localização o poder visual do alumno, colocando nos logares da frente aquelles que menos enxergam” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 2, junho de 1912, p.74) e “evitar o contagio, afastando cautelosamente os que se apresentassem sem o asseio necessario a uma casa de educação” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 2, junho de 1912, p.74).

Como medida complementar, que não dependia, entretanto, da vontade do professor, Sangirardi achava necessário ter “bôa disposição de luz” na sala de aula, assim como a boa impressão de livros, mapas e cadernos.

Rocha (2009), ao examinar as práticas discursivas e institucionais em relação à representação do corpo do escolar em fins do século XIX e início do século XX, e discutir as anomalias e deformidades produzidas na escola, ressalta que

Tomada como um dos aspectos que exercia papel decisivo na produção dos problemas visuais e, secundariamente, de desvios posturais, a iluminação da sala de aula é estudada em sua relação com o corpo infantil, fazendo emergir a imagem de um corpo torturado pelos efeitos da falta ou excesso de luz, a exigir um incessante esforço de acomodação (...) (2009, p.113).

Essas recomendações faziam parte da conferência realizada pelo professor Mario Mandelli na Escola Normal de Pirassununga, e publicada na *Revista de Ensino* na

seção *Pedagogia*, em dezembro de 1916 com o título *Concurso da Medicina na Educação Popular*.

Mandelli iniciou o artigo falando a respeito do serviço de Inspeção Médico-Escolar em vigor em vários países da Europa, como na Inglaterra, Bruxelas, Holanda, Bélgica, França, entre outros, em que os médicos inspetores tratavam das condições gerais da escola, definindo as dimensões do prédio escolar, arejamento das salas, dimensão e higiene dos pátios, certificado de vacinação para admissão na escola, profilaxia e afastamento dos alunos acometidos de moléstia epidêmica.

Ao falar do Brasil, Mandelli abordava a necessidade do estabelecimento da Inspeção Médica Escolar, alegando que não existia o serviço no país, responsabilizando o professor pelos cuidados com a criança.

Nos países, como o nosso por exemplo, onde a inspeção médico escolar não foi ainda estabelecida, cabe ao professor prestar os primeiros auxílios á criança, constantemente exposta a accidentes numerosos, pois é elle o “hygienista” e o “medico”, a quem compete velar pela saúde das creanças, na falta de um medico profissional (REVISTA DE ENSINO, anno XV, nº 3, dezembro de 1916, p.20).

O autor defendia que o professor deveria “não só possuir alguns conhecimentos medicos, como tambem pol-os em pratica” (REVISTA DE ENSINO, anno XV, nº 3, dezembro de 1916, p.20). Prática que resultaria em conhecer “diferentes medicamentos e saber applical-os devidamente, afim de evitar algum engano de funesta consequencia” (REVISTA DE ENSINO, anno XV, nº 3, dezembro de 1916, p.20). Mandelli continuava o seu discurso dizendo que seria “necessario ainda que o professor conheça os symptomas e os caracteres de certas enfermidades”, especificamente “as contagiosas, para precaver contra ellas a saúde dos seus alunos, compromettida muitas vezes por falta desses conhecimentos” (REVISTA DE ENSINO, anno XV, nº 3, dezembro de 1916, p.20).

Em suas reflexões, o autor parecia preocupado em demonstrar que cabia ao professor exercer algumas tarefas que estariam reservadas aos médicos, como: investigar as causas das enfermidades, tomar medidas de precaução em caso de epidemias, verificar se alguma criança apresentava sintomas de enfermidade e providenciar medidas profiláticas. Segundo ele,

Há enfermidades que chamam especialmente a atenção do professor, enfermidades essas cujas revelações são favorecidas pela estatística da hygiene escolar. Referimo-nos ás chamadas enfermidades escolares, que são aquellas em cuja producção ou desenvolvimento exerce a escola uma influencia incontestavel, sinão preponderante ou exclusiva. Entre essas enfermidades figuram em primeiro plano a myopia e as desviações da coluna vertebral. A actividade cerebral a que se submete o alumno nos trabalhos da escola, as attitudes viciosas que toma e o ambiente enrarecido das classes, dão causas a persistentes dôres de cabeça e hemorragia no nariz, enfermidades estas que tambem entrarão para o quadro das escolares (REVISTA DE ENSINO, nº 3, anno XV, dezembro de 1916, p.20).

Rocha (2002), ao analisar a intervenção social formulada pela corporação médica, no processo de escolarização no Brasil entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, destaca que na leitura da obra do inspetor sanitário Dr. Balthazar Vieira de Mello intitulada *A Hygiene na Escola*<sup>17</sup>, o capítulo que trata das moléstias adquiridas na escola é o mais importante, por empreender uma síntese dos temas tratados. Vejamos,

Estamos em face do capitulo mais importante da hygiene na escola. Corollario natural de todos quantos até aqui estudamos, elle synthetisa tudo quanto a sciencia e a experiência nos ensinam sobre essa magna questão social. (...) Fizemos sentir a necessidade de ser o edificio escolar isolado de outros edificios mais altos e de tudo quanto possa fazer-lhe sombra, porque a luz, assim diminuída, representa papel preponderante na produção das moléstias; insistimos na conveniência de ser bem arejado e limpo, porque o ar e o asseio repelem grande cópia de males; dispensamos aos moveis e material de ensino especial menção, porque são a fonte de deformidades e molestias que, muita vez, (sic) acompanham o individuo por toda a vida; ocupamo-nos com certa minudencia dos programas escolares e dos exercícios phisicos, porque os primeiros, quando mal organizados e dirigidos, são fôcos de desordens orgânicas e os últimos o seu correctivo natural (MELLO, apud ROCHA, 2002, p.507).

As análises de Mello alicerçam as preocupações com a localização dos prédios escolares, uma vez que a circulação de ar e o asseio no ambiente escolar eram considerados elementos preponderantes para o afastamento de um grande número de doenças.

---

<sup>17</sup> Faz-se importante ressaltar que, segundo os estudos de Rocha (2002, 2004, 2005, 2009) a obra intitulada *A Hygiene na Escola* foi escrita pelo inspetor Sanitário Dr. Balthazar Vieira de Mello, encomendada pelo governo do Estado de São Paulo. “A obra do Dr. Vieira de Mello forneceu as linhas mestras que orientaram a institucionalização da inspeção médica das escolas paulistas, em 1911” (2004, p.2).

Carlos da Silveira, diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista<sup>18</sup>, no artigo intitulado *Da educação e dos educadores*, publicado na seção *Práticas Pedagógicas*, entre outros assuntos relacionados à educação, o autor afirmava que o médico era considerado um colaborador indispensável para o desenvolvimento do “aparelho escolar”. Segundo ele,

(...) o officio de medico escolar é um officio muito complexo e delicado, para o qual, sómente, pôdem ser chamadas pessoas de grande tacto, de nobres sentimentos, que demonstrem especiaes vocações para semelhantes ocupações e taes estudos, que sintam amor e ternura pelas crianças; mas de nenhum modo, um tal officio deve ser o de um medico clinico, nem estar em antagonismo com a direção didactica. (REVISTA DE ENSINO, nº 1 a 4, anno XVIII, junho a dezembro de 1918, p.83).

Basile (1920), chama a atenção para os conflitos e disputas que parecem ter se estabelecido no campo da Medicina em relação à institucionalização da Inspeção Médica Escolar. Para tanto recorre aos estudos de Basile (1920), vejamos:

Objecções têm sido feitas à fiscalização da saúde das crianças e tratamento de seus defeitos phisicos, sob o pretexto de que essas medidas eram contrarias à pratica regular da medicina. Assim, não se podia imaginar bem em que relação estaria o médico escolar para com os outros colegas (o medico da casa e o inspetor sanitário), e, finalmente, com a casa paterna. Esquecia-se que o medico escolar não trata dos alumnos, mas envia a criança, para cuidados, ao medico do hospital, do dispensario ou da família (BASILE, 1920, apud ROCHA, 2004, p.4).

Em relação à influência benéfica da medicina escolar para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, Silveira trazia dados da organização do serviço médico escolar de outros países e, em relação ao Brasil, afirmava ser o Rio de Janeiro e São Paulo os Estados que já contavam com esse serviço. O médico escolar deveria exercer influência desde a escolha do local para a construção do prédio escolar até a assistência domiciliar ao aluno, caso necessitasse, “manifestando-se, portanto, durante o cyclo escolar e procurando criar um ambiente de saúde, de conforto e de bem estar, que ainda não existe nas nossas terras” (REVISTA DE ENSINO, nº 1 a 4, anno XVIII, junho a dezembro de 1918, p.83).

---

<sup>18</sup> As informações sobre Carlos da Silveira foram obtidas em AZEVEDO, Crislane *Barbosa* de. Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a Reforma de Implantação dos Grupos Escolares em Sergipe. In: *Revista HISTEDBR on line*, Campinas, n.37, p.134 -150. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37/art10\\_37.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37/art10_37.pdf). Acesso em 02 Nov. 2011.

Silveira dizia que o Brasil era um país de vasto território, com pouca densidade populacional, recursos médicos insuficientes para a população, povo mal nutrido e mães franzinas oferecendo aleitamento insuficiente. Tal situação contrastava com a recomendação de médicos e professores de que era a robustez física a condição indispensável para a excelência das funções mentais, das quais dependia a firmeza do caráter. A escola e os pais, ao estarem sob a orientação do médico escolar, obteriam, assim, segurança para no futuro, com a melhora das condições sanitárias, usufruírem de uma vida civilizada.

O autor defendia a utilização do Gabinete de Antropometria Escolar para uma investigação física minuciosa da população escolar, com fins antropológicos, fisiológicos, pedagógicos, sociais e político-administrativos. Segundo Silveira, os gabinetes de psicologia experimental colaboravam para determinar as características do povo brasileiro e alavancar os estudos da parte física e psicológica da criança, a fim de se tornarem conhecidas e vulgarizadas as mais frequentes anomalias na primeira e segunda infância, na adolescência e na juventude.

Carvalho (2001) no estudo sobre as modalidades de constituição da infância como objeto de intervenção disciplinar, analisou as práticas científicas no campo da Pedagogia em relação à instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, anexa à Escola Normal. Thompson, diretor da Escola Normal, justificou a instalação do Gabinete, “como um esforço no sentido de fazer a escola acompanhar ‘o movimento científico’ que se operava por toda a parte em ‘benefício do ensino’” (2001, p.293).

Carvalho (2001), concluiu no seu estudo que “a pedagogia científica pretendia-se legítima porque se representava fundada na natureza” (2001, p.300). Para Thompson,

Se educar uma criança normal – é *seguir a natureza*, educar uma criança anormal é coisa inteiramente diversa, consistindo em *substituir-se a natureza que apresenta*, em reparar as faltas que ela lhe acarreta e satisfazer as necessidades que essa substituição exige (apud, CARVALHO, 2001, p.300 – 301).

### 3.2 Educação física

Os artigos selecionados em relação à temática da higiene e relacionados com as questões de educação física são: *Decadencia physica e moral: como podemos combatel-a*, de Augusto Ribeiro de Carvalho, publicado em fevereiro/1903; *A natação nas escolas*, de Manuel Baragiola, publicados em agosto/1902 e dezembro/1902; *Gymnastica Moderna*, de Manuel Baragiola, publicado em junho/1902; *Educação Physica – Parque Escolar de exercícios physicos*, de Augusto Ribeiro de Carvalho, publicado em setembro/1908; *O movimento novo em educação*, sem mencionar o nome do autor, publicado em junho/1912 e *Hygiene e Educação*, sem mencionar o nome do autor, publicado em março/1918.

Augusto Ribeiro de Carvalho, professor da Escola Modelo anexa à Escola Normal da Capital<sup>19</sup>, foi o autor do artigo intitulado *Decadencia physica e moral: como podemos combatel-a*, publicado na seção *Questões Geraes*, em fevereiro de 1903, no qual o autor discutia que nunca se cogitou realizar uma “cultura physica”, sendo excessivo o zelo pela “cultura intellectual”.

Carvalho considerava que, apesar dos esforços dos higienistas e psicólogos, que defendiam o paralelismo entre as duas culturas, na escola eram dados apenas os rudimentos da “hygiene muscular”. O autor conclamava os professores a “implantar o gosto, o habito pelos exercícios physicos – indistinctamente, para todas as edades e para todos os sexos” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 6, fevereiro de 1903, p. 1039).

O autor, ao defender a realização de exercícios físicos, explicava que seria necessário propagar as bases da “hygiene activa”, fonte de valor fisico e moral. Para o autor, “a pratica habitual dos exercícios physicos não mantem somente a saúde da intelligencia, mas fortalece mais ainda a energia da vontade”. Dessa forma,

A creança, o homem, que diariamente passam pelos transe da fadiga corporal e que suportam um esforço muscular energico, tornam-se mais capazes de querer: adquirem, não somente mais músculos, mas também mais energia mental.  
A creança deve exercitar-se na iniciativa.

---

<sup>19</sup> As informações a respeito do professor Augusto Ribeiro de Carvalho foram obtidas em CATANI, Denice Bárbara. *Educadores a meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

Nas decisões, deve ella seguir sua própria inspiração e não esperar sempre a de outrem; deve ter uma personalidade; deve querer; deve decidir, pois – decidir é conhecer e julgar (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 6, fevereiro de 1903, p.1040).

O vigor causado pelo disciplinamento dos exercícios físicos estimularia o indivíduo a desenvolver um caráter mais seguro e audacioso. No pensamento de Carvalho, o combate à inércia física das crianças, geraria uma ação, fonte de todo valor físico e moral, induzindo à força e coragem para produzir bons soldados e cidadãos trabalhadores.

Nessa ação do indivíduo, necessária “para o desenvolvimento physiologico, não bastam os preceitos da hygiene e o regimen da alimentação: são imprescindiveis o exercicio corporal e o ar livre” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 6, fevereiro de 1903, p. 1041). Nesses exercícios ao ar livre, o aluno teria a oportunidade de agir com liberdade para desfrutar das brincadeiras, atividades que contribuiriam para o desenvolvimento físico, tendo em vista que “o exercício é o melhor meio de destruir efeitos nocivos que occasionam frequentemente os excessos intellectuaes e morais” (p.1044).

Dentre os exercícios físicos ao ar livre, a natação seria um esporte pensado no início do século XX, que estaria em consonância com os ideais higiênicos em: “preservar as forças físicas e psíquicas, o vigor do corpo e, sobretudo, prevenir os grandes e pequenos males” (SOARES, 2008, p.19).

Autor de dois textos intitulados *A natação nas escolas*, publicados no mês de agosto de 1902 na seção *Pedagogia Prática* e no mês de dezembro de 1902 na seção *Diversos*, Manuel Baragiola, instrutor de exercícios militares na Escola Normal<sup>20</sup>, definia a natação como o resultado de uma arte, de um aprendizado. Apresentando dois textos ricamente ilustrados, o autor explicava que a utilidade da natação estava direcionada não apenas à saúde, mas salvar a si próprio e a outrem, em caso de perigo. Nas atividades escolares “é a parte mais importante da gymnastica, sendo um optimo exercício para aumentar a força de todos os músculos, especialmente os do peito, tão necessários á robustez do homem” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 3, agosto de 1902, p.452).

---

<sup>20</sup> De acordo com Dantas e Gastaldoni (2006) são creditadas ao professor Manoel Baragiola as obras *A Ginástica nas aulas* de 1895 e *Manual Theorico-Pratico de Natação* de 1903, publicadas pela Libreria Italiana Fratelli Bertolotti de São Paulo.

Baragiola tomava como ponto de partida do discurso o fato de que, nos países europeus e na América do Norte, a natação fazia parte da educação física da mocidade. Para o autor, a existência de muitos rios e praias no Brasil tornava acessível o ensino de natação, não só como exercício higiênico, mas, sobretudo, como arte útil. No verão era o exercício físico mais recomendável, pelo fato de o corpo se sentir indisposto para as outras atividades físicas.

Baragiola era a favor da instalação de tanques nas escolas para o ensino da natação, um pequeno para o exercício individual e outro grande para o exercício coletivo. Todos poderiam “aprender a natação, mas para ser um hábil nadador é preciso muito exercício e possuir certas qualidades moraes innatas ou adquiridas por meio de uma educação physica especial” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 3, agosto de 1902, p.453).

O ensino da natação compreendia: exercícios preliminares à natação; exercícios na água; os diferentes modos de saltar na água e de nadar; o modo de se comportar perante os perigos; e as especialidades da natação.

Nas páginas da revista, Baragiola apresentava os exercícios passo a passo, utilizando uma série de gravuras para ajudar a compreensão da aula. O primeiro passo eram os exercícios preliminares da natação, ou seja, movimentar os membros superiores e inferiores fora da água, para que o aluno se acostumasse com os movimentos corretos e cadenciados a realizar dentro da água. Em seguida os alunos deveriam ser treinados, deitados sobre um cavalete e simulando movimentos de natação.

Figura 1



Figura 2

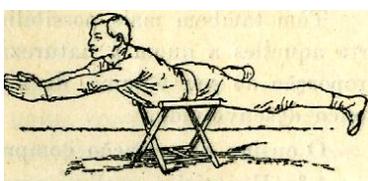
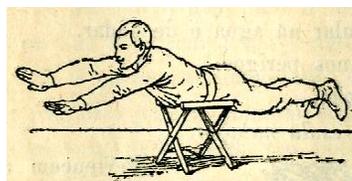


Figura 3



(REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 3, agosto de 1902, p.454)

O segundo exercício deveria ser realizado na água. A escola necessitaria, para isso, possuir um tanque com uma dimensão de 10 metros de largura, 20 metros de

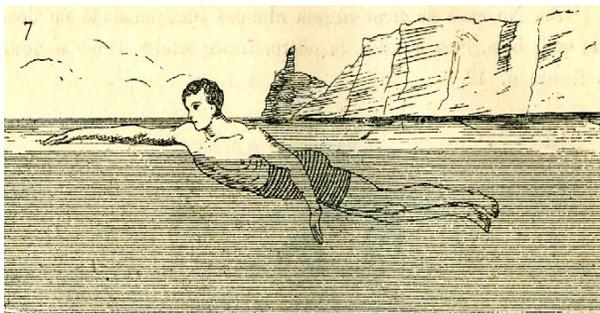
comprimento e 4 metros de profundidade. Segundo o professor, era aconselhável que o aluno realizasse alguns exercícios físicos simples antes de entrar no tanque. Os primeiros exercícios deveriam ser individuais e dirigidos pelo mestre. Caso fossem executados em um rio, deveria ser utilizada uma corda para auxiliá-los e dispor de tábuas fortemente amarradas.

Em seguida Baragiola explicava os diferentes modos de pular na água e nadar; os procedimentos para o aluno nadar de costas; como se comportar em situação de perigo ou em certas eventualidades no lago ou mar e como proceder em relação aos primeiros socorros de uma pessoa afogada.

Antes de realizar os exercícios na água, o aluno deveria fazer alguns exercícios simples de ginástica e respeitar o intervalo de quatro horas após as refeições. Após sair da água, os alunos deveriam fazer algum exercício para o aquecimento do corpo.

Exemplo de natação de frente

Figura 4



(REVISTA DE ENSINO, anno I, nº3, agosto de 1902, p.459)

O aluno deveria manter os braços e pernas esticados, movimentando os braços alternadamente, puxando a água para trás com os braços, para dar impulsão e projetar o corpo para frente.

## Exemplo de natação de costas

Figura 5



(REVISTA ENSINO, anno I, nº3, agosto de 1902, p.456)

Ao nadar de costas, o aluno deveria se posicionar em decúbito dorsal, as pernas unidas, apoiando as mãos na cintura e flexionando as pernas para dar impulso e projetar o corpo para frente (no sentido da cabeça).

Massaud e Corrêa (2001), ao estudarem o ensino de natação para pessoas adultas, explicam que a prática da natação pode se apresentar como um caminho para atingir objetivos por meio de atividade saudável e eficaz, ajudando na manutenção da saúde. Essa prática regular e continuada desenvolve, simultaneamente, com maior ou menor intensidade, todas as partes do corpo, atuando em sua totalidade.

Dentre os benefícios obtidos com a prática regular de natação, encontram-se: alternância rítmica de contração e descontração muscular fornecendo estímulos necessários para um desenvolvimento geral da musculatura, o que contribui de uma forma significativa para uma melhor postura corporal; aumento da capacidade vital com a prática de uma respiração correta, agindo no combate das doenças do aparelho respiratório; desenvolvimento do sistema nervoso global do indivíduo, pelas respostas aos estímulos provenientes de reações em reflexos condicionados (MASSAUD e CORRÊA, 2001).

A natação não seria o único exercício físico que Baragiola defendia. O instrutor de ginástica publicaria outro artigo na *Revista de Ensino* no ano de 1902. Intitulado *Gymnastica Moderna* e publicado na seção *Pedagogia Prática*, o artigo oferecia explicações teóricas sobre a nova ginástica.

Baragiola esclarecia que a ginástica moderna introduzida nas escolas não tinha a finalidade de “formar acrobatas, ou artistas de circo”, mas antes de tudo “desenvolver e fortalecer o organismo, em proveito do espírito e da vida prática” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 2, junho de 1902, p.256). A nova ginástica estava fundamentada em leis fisiológicas, anatômicas e higiênicas, e segundo o autor não deveria

(...) obrigar o discipulo a grandes esforços ou a posições perigosas; nunca deve offender a dignidade das meninas; não deve desenvolver uma parte do corpo com prejuízo das outras; não deve fazer perder a harmonia e fôrma esthetica do corpo humano, mas sim favorecel-a e aumentar-lhe a beleza; ella deve ser executada collectivamente pelos alumnos; deve robustecer a vontade e tornal-a diretora absoluta do corpo; deve dar movimentos saudaveis e physiologicos ás partes internas, e favorecer as funcções de varios orgams, e equilibrar a influencia nervosa sobre esses mesmos orgams (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 2, junho de 1902, p.256).

Tendo por fundamento a asserção de que a finalidade da ginástica moderna seria estabelecer harmonia entre as faculdades físicas e mentais, Baragiola afirmava ser necessário escolher um sistema que pudesse dar este resultado nas escolas brasileiras. Assim o autor se posicionava diante da ginástica “eminente educativa-militar” sem, no entanto desprezar “uma grande margem aos jogos ao ar livre” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 2, junho de 1902, p.256). Baragiola compreendia que “um paiz que não tem o serviço militar obrigatório, deve dar este ensino nas escolas”, mas para tanto seria necessário obter uma “gymnastica militar bem dirigida” (REVISTA DE ENSINO, anno I, nº 2, junho de 1902, p.256).

Souza (2000), ao estudar a implantação da escola graduada no Estado de São Paulo, explicita que a prática dos exercícios militares realizados nas escolas públicas gerou a formação de batalhões infantis, que foram regulamentados pelo regimento interno dos Grupos Escolares e Escolas Modelo em 1904. “Nos batalhões dever-se-ia aplicar o regime militar como meio proficuo de disciplina” (2000, p.108). Para Souza (2000), “a educação militar constituía um problema social, considerando-se as necessidades de defesas das fronteiras do país” (2000, p.181). Na ausência do serviço militar obrigatório, continuava, “cabia à escola primária a preparação do *cidadão-soldado, encerrando a criança nas malhas da disciplina, formando-lhe o caráter e dando-lhe a consciência moral*” (2000, p.181, grifos da autora).

Intitulado *Educação Physica – Parque escolar de exercícos physicos* e publicado na seção *Questões Geraes*, em Setembro de 1908, o artigo do professor da Escola Modelo, anexa à Escola Normal da Capital, Augusto Ribeiro de Carvalho, advertia não haver um estabelecimento de ensino, quer em São Paulo, quer no Brasil, que se lembrasse de “oxygenar as creanças em pleno ar livre dos campos, avigorando-as para as luctas mentaes e moraes, que agitam a humanidade” (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, setembro de 1908, p.16). De acordo com os “modernos processos de ensino” existentes na época, Carvalho explicava que as escolas contavam com vastos programas didáticos, em que era valorizada a educação intelectual em detrimento dos exercícos corporais. O autor apontava a influência perniciososa da *surmenage* intelectual escolar sobre o desenvolvimento da raça. Defendia a realização de exercícos físicos para a criança obter um corpo robusto e saudável. Assim, a educação física para Carvalho deveria

(...) ser considerada como a base da regeneração e, mormente, do melhoramento da raça humana. Consiste na educação das funcções da vida; é a arte de conservar a integridade das funcções, melhorando-as sempre afim de contribuir para a harmonia do organismo, em favôr do individuo e da especie, para o bem da pátria e da humanidade.

(...) Não há povos sãos, e principalmente povos fortes, sem uma bôa educação physica (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, setembro de 1908, p.16-17).

O autor considerava imprescindível o oferecimento de uma boa educação física como meio de conservar a saúde e como fonte de energia física e psíquica. A saúde, “alvitre higiênico” que constituía a base de todas as qualidades físicas, incidia “no perfeito equilíbrio das grandes funcções vitaes” e o fim higiênico do exercíco seria “manter o equilíbrio nessas grandes funcções, porque ellas se perturbam, desde que o exercicio falte” (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, setembro de 1908, p.17).

Segundo Carvalho, “o magistério paulista” começava a demonstrar “uma acentuada tendencia, embora fraquissima, para os jogos gymnasticos” que correspondiam à educação física e estava “de acordo com os methodos modernos preconizados pela sciencia dos educadores da infância” (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, setembro de 1908, p.18). A diretoria da Escola Normal realizaria a orientação dos jogos ginásticos, acompanhando a “evolução do ensino universal”, contendo “as novas instrucções, os novos

princípios, as novas teorias do estabelecimento profissional” (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, setembro de 1908, p.18). Criticava, em tom de desabafo, o fato de a Escola Normal não possuir recursos para “ministrar a educação physica moderna”, realizando assim a “gymnastica moderada, pelo regimen sueco” (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, setembro de 1908, p.18).

De acordo com Soares (2007), a ginástica na Suécia foi sistematizada no início do século XIX , voltada para extirpar os vícios da sociedade, colocando-se como “o instrumento capaz de criar indivíduos fortes, saudáveis, livres de vícios, porque preocupados com a saúde física e mental” (2007, p.57). A finalidade desse sistema de ginástica seria formar indivíduos úteis à produção, como bons operários e à pátria, como bons soldados.

A ginástica sueca idealizada por Pehr Henrick Ling poderia ser dividida em quatro partes, conforme a finalidade. A ginástica pedagógica tinha por objetivo “desenvolver o indivíduo normal e harmoniosamente, assegurando a saúde e evitando a instalação de vícios, defeitos posturais e enfermidades” (2007, p.58); a ginástica militar, com o acréscimo de exercícios militares, preparar o “guerreiro”; a ginástica médica e ortopédica, acrescentando a cura das enfermidades “através de movimentos especiais para cada caso encontrado” (2007, p.58) e ginástica estética, procurando o desenvolvimento do organismo, complementado pela “dança e certos movimentos suaves que proporcionam beleza e graça ao corpo” (2007, p.58).

Para Carvalho, no interior das escolas, na prática do dia a dia, o professor contava com a aplicação da ginástica sueca, que nas suas palavras “empregava naturalidade e simplicidade dos exercícios”. O autor afirmava que esta ginástica não trabalhava o desenvolvimento harmônico do organismo. Como agravante, as condições impróprias do terreno escolar dificultavam os movimentos das crianças até mesmo para o recreio, e ainda mais para os exercícios ginásticos.

Diferentemente da concepção de ginástica como acrobatismo, a ginástica como cultura física procurava trabalhar a resistência de todas as funções vitais combatendo assim as influências mórbidas. A energia adquirida pelo indivíduo produzia atividade física, ação e capacidade de agir, alimentando a atividade intelectual.

Para Carvalho, os exercícios ginásticos realizados nas escolas deveriam ser um “recurso higienico de repousar o cerebro sempre em trabalho aturado e meditado, ou em continuas lucrubações”, ponderando que “variar de trabalho é descansar” (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, Setembro de 1908, p.19).

O autor defendia uma cultura do corpo a ser desenvolvida com métodos naturais e higiênicos, dentre eles, os jogos seriam os mais adequados para serem aplicados às crianças da primeira idade, além de serem essencialmente recreativos.

Carvalho sugeria abandonar a ginástica, que ele considerava um meio imaginoso de cultura física, e adotar, nas escolas, o regime de jogos físicos. Jogos que seriam submetidos a regras de higiene e de prudência. A preocupação residia em não obter dos exercícios físicos um caracter vegetativo, muscular, mas, sobretudo “não atrophiar as faculdades mais nobres com um brutal desenvolvimento do systema ósseo e muscular” (REVISTA DE ENSINO, anno VII, nº 3, Setembro de 1908, 21).

Falando com entusiasmo dos jogos realizados ao ar livre na Inglaterra, Carvalho mudava de tom quando discorria sobre a cidade de São Paulo, que conseguiu reputação ao organizar materialmente os grupos escolares. O autor se ressentia de não compartilhar da orientação pedagógica de seus mestres, em relação à feição moderna no ensino e na educação física das crianças, anulando a higiene muscular em prol de uma harmonia física completa.

Soares (2008), ao analisar a aliança existente o pensamento educativo brasileiro e o pensamento médico higienista na configuração da Educação Física escolar como síntese de uma pedagógica higiênica, avalia que nas primeiras décadas do século XX, a prática de exercícios físicos e esporte fazia parte de um ideário de saúde, resultante de discursos que procuravam educar o corpo em um mundo urbano e industrial em ascensão. Nesse sentido a escola, por meio da Educação Física regular, incluiria os exercícios físicos ao ar livre e em menor escala, o esporte, que poderia

(...) impulsar este nuevo hábito y fabricar este nuevo cuerpo, contribuyendo al aprendizaje del uso económico de las fuerzas, para el aprovechamiento pleno del tiempo, acentuando las estrategias de los cuidados orientados al mantenimiento de la salud y la prolongación de la vida (p.21-22).

Intitulado *O movimento novo em educação*, o texto veiculado no mês de Junho de 1912 na seção *Pedagogia* foi traduzido da revista *L'Education*<sup>21</sup> publicada em Paris, sem menção do nome do autor e do tradutor. O artigo discutia a exigência de um novo tipo de escola, destinada a ser um verdadeiro meio de educação e não apenas um lugar de instrução, suscitada pelas mudanças ocorridas na sociedade. Neste sentido, a escola “deve ter por fim não o ensino, mas a vida. Eis a nota dominante do novo movimento, eis o novo ideal” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 1, Junho de 1912, p.16).

A educação se voltava assim para o desenvolvimento da criança, na perspectiva de que ela fosse saudável, inteligente e com boas qualidades morais, para, na vida adulta, “ter o poder e o habito de po-los ao serviço de fins recommendaveis” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 1, Junho de 1912, p.16).

O conceito de escola, defendido pela redação, dizia respeito ao trabalho desenvolvido nos internatos, instituições para as quais as famílias enviavam os seus filhos para serem educados. Essas escolas tomaram para si a responsabilidade pela educação que, anteriormente, era compartilhada com a família. O autor via benefícios nessas escolas, pois poderiam oferecer uma educação integral, que teria como finalidades: o desenvolvimento físico, em meio à natureza; o desenvolvimento intelectual e moral, por estarem distantes de influências perniciosas, em um ambiente reservado para esse fim.

A redação ressaltava a importância da educação física, assinalando que os jogos ao ar livre tiveram o seu desenvolvimento na Inglaterra. No início das atividades, o valor educativo dos jogos não foram avaliados, porém com o resultado que obtiveram com o tempo, foram reconhecidos como integrante do sistema educacional, ao ser comprovada a sua eficácia para a melhora da saúde e aumento do vigor físico, organizando-se, em seguida, nos sistemas de ginástica.

Para Soares (2008), na primeira década do século XX predomina, entre os médicos brasileiros, a importância dos exercícios físicos “como posibilidad de Educación Física, higiénica y moral de los individuos” (2008, p.29). Segundo a autora, os benefícios que se conseguem realizando exercícios ao ar livre são inestimáveis

(...) cuando bien dirigidos, son propios (...) a desarrollar las cualidades de destreza, agilidad, ligereza y de fuerza, necesarias en todas las clases de la

---

<sup>21</sup> A redação não traz informações sobre o nome do tradutor ou do autor.

sociedad, pero indispensables en los alumnos de las escuelas primarias, particularmente destinados a las profesiones manuales (2008, p.29).

Os jogos ao ar livre, ao serem considerados como meio de educação física, necessitavam ser complementados com uma ginástica mais científica. Os exercícios físicos não eram, segundo a redação, suficientes para manter a saúde, fazia-se necessário:

Passeios ao campo, banhos em pleno ar, tiro ao alvo, trabalho manual ao ar puro, quartos sempre bem arejados, vestuário simples e racional, alimentação sadia e frugal, alguns princípios fixos de higiene sobre o emprego e o sentido das fricções corporaes, todas estas cousas, posto que não tenham ainda sido geralmente admittidas nas escolas, são tão necessárias como os jogos para adquirir e conservar a saúde, sobretudo para criar hábitos que não desaparecerão, quando a acção da escola não existir mais, e para inculcar ás crianças o amor de uma existência sã e vigorosa. Ser-nos-á preciso, pois, um meio que permita isto tudo; mesmo, porém, nestas condições não se póde deixar nada ao acaso. A escola que não estabelece em seu programma tudo o que fica enumerado falta ao seu primeiro dever (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 1, junho de 1912, p.18).

A redação fazia distinção entre a educação física, que estaria contemplada nos jogos ao ar livre, e a ginástica científica que deveria ser realizada de forma mais consciente, e não ser uma rotina obrigatória. Os passeios ao campo e todas as atividades realizadas ao ar livre, o arejamento dos quartos, a alimentação saudável e a higiene corporal eram orientações que mantinham relação com a higiene e o desenvolvimento de hábitos saudáveis.

De acordo com a redação, na vida escolar as influências, a personalidade e o exemplo dos mestres não deveriam se impor à vontade da criança. Dever-se-ia ensinar os alunos a contar consigo mesmos, a seguirem o seu caminho, sem perder a sua atividade natural. “A educação, em seu sentido mais verdadeiro, não consiste na instrução nem mesmo numa preparação para a vida, mas quase na vida”. Assim “todas estas escolas são com o mesmo titulo logares de adaptação onde se aprende vivendo” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 1, junho de 1912, p.24).

Esses artigos traduzidos seriam evidências de uma difusão dos princípios da escola nova que estava florescendo nos países europeus?

Guiraldelli Jr (1994), ao estudar a evolução das ideias pedagógicas durante o período de 1889 a 1930, discute que a divulgação da Pedagogia Nova no Brasil ocorreu no primeiro decênio do século XX, advinda da influência norte americana, se intensificando na década de 1920.

O Movimento da Escola Nova enfatizou os “métodos ativos” de ensino-aprendizagem, deu importância substancial à liberdade da criança e ao interesse do educando, adotou métodos de trabalho em grupo e incentivou a prática de trabalhos manuais nas escolas; além disso, valorizou os estudos de psicologia experimental e, finalmente, procurou colocar a criança (e não mais o professor no centro do processo educacional (1994, p.25).

Intitulado *Hygiene e Educação* e publicado na seção *Pedagogia*, sem menção do autor, a redação afirmava que “a colaboração mutua da pedagogia e da hygiene escolar tem por escopo crear uma geração perfeita no moral e no physico” (REVISTA DE ENSINO, anno XVII, nºs 3 e 4, Dezembro de 1917 e Março de 1918, p.6). Segundo a redação, a sistematização da educação física era a pedra de toque para o desenvolvimento da criança como um todo, do ponto de vista intelectual, emotivo e volitivo. O problema era que as atividades físicas eram realizadas de forma insuficiente nas escolas,

(...) para impulsionar este ramo de educação, estimulando a atividade da vida com jogos ao ar livre, as marchas ao sol, a carreira, a gymnastica respiratória e outros exercícos naturaes, agindo não só sobre o physico como sobre a natureza moral da creança e reconstituindo-lhe o organismo em condições atmosféricas mais favoráveis, ainda não temos excursões escolares obrigatórias, passeios, durante os quais os professores aproveitam todas as oportuniidades para desenvolver nas creanças as facultades de observação. (REVISTA DE ENSINO, nºs. 3 e 4, anno XVII, dezembro de 1917 e março de 1918, p.6).

A respeito das atividades que deveriam ser desenvolvidas no horário do recreio, o artigo recorria às orientações do professor Ugo Pizzoli, para que o professor trabalhasse com jogos que exigissem “muita atividade muscular, muito movimento” (REVISTA DE ENSINO, anno XVII, nºs. 3 e 4, dezembro de 1917 e março de 1918, p.7). Para as crianças “de temperamento passivo muito patente, reserve a parte mais activa do jogo” (REVISTA DE ENSINO, anno XVII, nºs. 3 e 4, dezembro de 1917 e março de 1918,

p.7) encorajá-las deveria incitá-las “na corrida, no salto, no canto” (idem). A princípio haverá hesitação, com reação tímida “a audácia de certos sports; mas depois, com as insistências affectuosas do professor, ganharão ousadia, e o jogo physico se lhes tornará agradável habito” (REVISTA DE ENSINO, anno XVII, nºs. 3 e 4, dezembro de 1917 e março de 1918, p.7).

Dentre os efeitos benéficos dos jogos, o autor considerava que os jogos eram capazes de tornar a criança mais corajosa, proporcionando, por meio da convivência com os outros, o seu desenvolvimento moral, ao ser útil a si própria e aos demais.

Para destacar a importância dos jogos ao ar livre para o desenvolvimento das atividades físicas, Soares (2008) explicita que a Educação Física trouxe em seu interior “la práctica de ejercicios giminásticos, de juegos al aire libre, de deportes y hasta de danzas em la formación de hábitos higiênicos y en la moralización de las costumbres, y que guiara a los individuos para esparcimientos útiles y sanos” (2008, p.23). A autora conclui que “la practica de juegos y, mas especificamente, del deporte” seriam atividades consideradas mais adequadas para realizar “la organización de los alumnos que pueden ser reagrupados en función de sus performances, de su edad y, evidentemente, de su sexo” (2008, p.23).

### ***3.3 Educação Moral***

Os artigos selecionados em relação à temática da higiene e relacionados com as questões de educação moral são: *A escola e seu papel educativo*, de Benedicto Maria Tolosa, publicado em março/1912 e *Educação moral*, de Guilherme Kulhman, publicado em março/1917.

Em março de 1917, a Revista de Ensino publicou o texto intitulado Educação Moral, referente ao plano para o estudo da moral nas escolas, extraído do relatório do inspetor Guilherme Kulhmann. O autor considerava que o professor deveria corrigir os casos de má conduta que aconteciam no ambiente escolar, dando margem à lição de moral. Postulava que professor fosse o exemplo de conduta moral perfeita a ser seguida pelos alunos, incentivando a disciplina escolar para que a mesma influísse na formação de um

caráter íntegro. Para tanto, era necessário evitar cometer injustiça com os alunos e retirar de cada lição um fundo moral.

Em seguida, o inspetor relatou que fez uma conferência na Escola Normal de Casa Branca, orientando os professores sobre o ensino das diversas disciplinas, e entregou um plano de orientações para os professores, desdobrado nas seguintes diretrizes: preocupações constantes do professor; princípios a considerar; meios de educação; fins a atingir e direções gerais.

Na primeira diretriz elaborada por Kuhlmann para a orientação dos professores, um dos itens referia-se à preocupação do professor em relação à formação de hábitos de conduta moral pelo exemplo e pelo exercício. Em relação à questão da higiene, podemos entender que o aprendizado do aluno estaria ligado não apenas às recomendações do professor, mas aos próprios hábitos do mestre com o seu exemplo de conduta, entre eles o asseio e os bons costumes.

- I) Preocupações constantes do professor:
    - 1º Despertar e fortalecer os sentimentos generosos
      - a) pelo exemplo,
      - b) pelo estímulo.
    - 2º Reprimir as inclinações perigosas
      - a) pelo exemplo
      - b) pela disciplina
    - 3º Cultivar a consciencia da criança
      - a) pelo exemplo
      - b) pela idéa de responsabilidade
    - 4º Formar habitos de conduta moral
      - a) pelo exemplo
      - b) pelo exercício.
- (REVISTA DE ENSINO, nº 4, março de 1917, p.5-6)

Na segunda diretriz, o autor falava dos deveres para com o outro e para com a pátria.

- II) Principios a considerar:
    - 1) Deveres para consigo mesmo.
    - 2) Deveres para com os paes, os irmãos e os demais parentes; deveres para com os professores e os colegas.
    - 3) Deveres para com a Patria.
    - 4) Deveres sociaes para com os velhos e superiores, para com os eguaes, para com os pequenos e inferiores.
- REVISTA DE ENSINO, nº 4, março de 1917, p.6)

A terceira diretriz relacionava os hábitos de asseio aos deveres do professor e às finalidades a serem atingidas com a educação moral. Entre os meios de educação direta constavam: os “casos práticos de asseio, ordem, pontualidade, obediência, gratidão, veracidade, sinceridade, urbanidade, justiça, bondade e boa conducta em diversos logares e circunstancias”. (REVISTA DE ENSINO, nº 4, março de 1917, p.6).

Entre as finalidades a serem atingidas com a educação moral, tínhamos:

1. *Habitos de*: asseio, ordem, obediência, desinteresse, generosidade, veracidade, lealdade, pontualidade, exactidão, regularidade, diligencia, perseverança, previsão, cortesia, piedade em geral com os animais, perdão, caridade, justiça, respeito á propriedade, respeito aos superiores, submissão á autoridade e ás leis, respeito á dor alheia, *tolerância ás crenças religiosas*, coragem, prudencia, gratidão, energia, calma, cooperação e bondade.
  2. Coherencia entre as acções e a consciência.
  3. Sentimentos da dignidade humana, da honra e do dever.
  4. Dominio de si proprio, pela libertação das paixões egoístas.
  5. Firmeza de caracter
- (REVISTA DE ENSINO, nº4, anno XV, março de 1917, p.7, grifos do autor).

Podemos compreender que as diretrizes do inspetor Kuhlmann deixa clara a preocupação não só com o asseio, evidenciando que a temática da higiene se articulava a um conjunto de questões que tinham como alvo principal um disciplinamento da criança, no qual as ideias de ordem e a obediência aos preceitos ensinados ocupavam lugar de destaque.

Margotto (2000), ao estudar como a noção de infância esteve vinculada à importância dada à educação durante a 1ª República, avaliou que até o ano de 1910 prevaleciam as concepções do entendimento da criança como um ser essencialmente egoísta e dotada de maus instintos. A partir da década de 1910, a criança passou a ser vista como “um ser sem poder de discernimento entre o bem e o mal, ou dotado de uma *vontade fraca*” (2000, p.4, grifos da autora), sendo necessário incorporar bons hábitos, e sendo consideradas “boas ou más, conforme a *índole* que tivessem” (p.4, grifos da autora).

Benedicto Maria Tolosa, redator-chefe da *Revista de Ensino*, participou de uma conferência realizada na Escola Normal de Piracicaba, publicada com o título *A Escola e o seu papel educativo* na seção *Pedagogia*. O autor tinha por objetivo esclarecer aos futuros educadores da Escola Normal como, na prática, o ensinamento dos grandes pensadores

poderia colaborar para o desenvolvimento da escola primária. Ele se posicionava contrariamente à disciplina passiva do aluno, que daria origem a uma obediência servil. Era favorável a uma cultura mais independente que enfatizasse a dignidade pessoal da criança “de hoje e do adulto de amanhã”. Tratava-se da cultura do caráter, tão necessária para o desenvolvimento do ser humano para si mesmo, para a família e para a pátria.

Em relação à ação educadora da escola, esta deveria ser dirigida para a saúde do corpo, concorrendo para a formação de corpos saudáveis, o desenvolvimento do intelecto, da moral e o amor à pátria, formando o aluno para a sociedade.

Tolosa acreditava que havia necessidade de se criar o meio escolar, com todas as virtudes educacionais, uma duração definida de 4 a 5 horas, mobiliário e material escolar, com a participação de professores e crianças. As salas de aula não exerceriam uma função educadora, se fossem apresentadas com as paredes nuas, sujas, e sem a luz do sol. O ar, a luz e o sol seriam elementos fundamentais para a prática da educação física e para os cuidados com o corpo. O espírito também deveria ser agraciado com jarros de flores e quadros históricos para deixar o ambiente mais aprazível.

Mais que uma ilustração, entretanto, essas gravuras operam no sentido de afirmar o modelo a partir do qual deveria se organizar a escola primária. Modelo esse que não se esgota na indicação de uma postura correta para os exercícios escolares, mas procura inscrever o corpo infantil num universo escolar em que espaço, tempo, materiais escolares e práticas deveriam ser redefinidos com base nos princípios médico-higiênicos (ROCHA, 2002, p.499)

A conservação da mobília e do material escolar forneciam ensinamentos, na medida em que eram exemplos de ordem, de asseio e de economia, e, segundo o autor, de gratidão para com um governo que era amigo da instrução. Havia uma preocupação com a mobília na sala de aula de modo a torná-la prática, se fosse utilizada de modo correto, o que poderia evitar deformações físicas nas crianças. O oferecimento de um ambiente sadio e confortável provocava uma sensação de bem estar, o amor à escola, assiduidade, aplicação, o respeito para com os colegas e com o professor.

De acordo com a Rocha (2002, 2005), “a proporcionalidade entre a estatura do aluno e o mobiliário”, assim como

A adequação entre os materiais de ensino e os alunos de uma classe parecem traduzir-se numa só e mesma preocupação: a de repensar a escola e os objetos do trabalho pedagógico em função das características infantis, e ao mesmo tempo, de modelar o corpo e a “alma” da criança por meio de ação da escola (2002, p.503, 2005, p.96)

Em relação ao professor, ele era avaliado pela sua importância no meio educativo, de transformar as crianças em homens ativos e aptos para a vida social. Deveria cuidar do desenvolvimento intelectual, físico e moral dos alunos. Para realizar as suas funções, o professor necessitava de uma autoeducação, zelar por tudo o que pudesse prejudicar a sua saúde e sugerir que os seus alunos seguissem medidas de higiene.

O professor deveria ser um exemplo de asseio e de hábitos saudáveis, apresentar um comportamento moral íntegro dentro e fora da escola, para servir de inspiração a seus alunos.

Segundo Tolosa a cultura do caráter seria o ponto essencial nas manifestações da atividade escolar, reservando à escola a tarefa de transformar as crianças em “homens uteis a si, à família e à pátria” (REVISTA DE ENSINO, anno XI, nº 1, março de 1912, p.23). Transformação que para ser realizada necessitaria do desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança.

A educação moral, foco da palestra de Tolosa, envolveria fatos de personagens que serviriam de exemplo de conduta de respeito e dignidade, sendo que com essa cultura cívica o aluno desenvolveria a aptidão para conviver socialmente. Podemos dizer que esse convívio se daria em observância às regras de higiene, estabelecidas pela racionalidade médica em prol da saúde da população.

Assim entendemos que o cuidado do corpo se fazia necessário para o desenvolvimento sadio do organismo, o desenvolvimento das atividades intelectuais, o prazer das atividades físicas, e o respeito por si mesmo e pelos outros.

Gouvêa e Jinzenji (2006), no estudo sobre os discursos da infância, em circulação no contexto educacional escolar mineiro da primeira metade do século XIX, analisam que é atribuído ao professor um importante papel na formação de hábitos na criança, tendo a “responsabilidade de proteger a infância e formá-la dentro dos princípios educacionais estabelecidos, baseados, sobretudo, no desenvolvimento de qualidades morais e racionais. Sua conduta e seu caráter deviam, pois, ser irrepreensíveis” (2006, p.123).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho analisar como a questão da higiene, preponderante nas duas primeiras décadas do século XX, figurou nas páginas de um periódico pedagógico que circulou no Estado de São Paulo no período de 1902 a 1918.

Na *Revista de Ensino* circulavam artigos escritos por professores da Escola Normal, Escola Complementar, diretores de grupos escolares e inspetores escolares, que ofereciam orientação pedagógica para os professores dos grupos escolares e escolas isoladas, contando com o respaldo oficial, como comentamos no desenvolvimento do trabalho.

A *Revista de Ensino* começou a ser publicada no momento em que a população da cidade de São Paulo vivia problemas de insalubridade, assolada por surtos epidêmicos. A mortalidade infantil apresentou altas taxas durante o período estudado.

É importante ressaltar que na primeira década do século XX, fase em que a *Revista de Ensino* esteve sob a responsabilidade da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, os discursos que circulavam nos periódicos criticavam a falta de uma “cultura física”, sendo realizado mais o ensino intelectual. Os autores: um instrutor de exercícios físicos e um instrutor de exercícios militares, defendiam a prática de exercícios físicos a serem realizados ao ar livre, enaltecendo a robustez física, com o aumento da força dos músculos e o fortalecimento do organismo, o que promoveria a harmonia entre as faculdades físicas e mentais. O disciplinamento do exercício físico estaria relacionado com o desenvolvimento do caráter da criança.

A defesa dos jogos ao ar livre, o que implicaria em uma melhora da saúde, foi discutida nas páginas da *Revista de Ensino*, entendendo a orientação de seguir regras de higiene, como cuidados físicos, dormir em quartos arejados, ter uma alimentação sadia, perfazendo um conjunto de prerrogativas para se obter a melhora e manutenção da saúde. Concomitante à defesa dos exercícios físicos, a *Revista de Ensino* publicava orientações sobre medidas preventivas a serem aplicadas nas escolas, em relação às prescrições sobre os diferentes tipos de doenças que grassavam na cidade.

A partir de 1910, a *Revista de Ensino* passou a ser administrada pela Diretoria da Instrução Pública, na gestão de Oscar Thompson. Os discursos publicados no periódico trouxeram artigos de inspetores escolares, diretores e professores de grupos escolares, muitos deles baseados na Psicologia, movimento que caracterizava uma nova concepção da infância, em que “a educação se tornava *higiênica*” (LIMA, 1985, p.95).

De acordo com Gonçalves (2002), que estudou a trajetória profissional de Oscar Thompson, o educador defendia o ensino baseado em princípios cientificistas da Psicologia e da Pedagogia. Nesse sentido, Thompson imprimiu os fundamentos da “*escola nova* [que] abrangia a educação intelectual, mental e a educação física, por meio da análise individual dos alunos com o objetivo de formá-los de acordo com suas afinidades e aptidões” (p.101, grifos da autora).

O mestre também deveria ser um modelo de higiene, não apenas orientando a respeito dos preceitos higiênicos, mas apresentando-se com asseio. Deveria ter o conhecimento da etiologia e profilaxia das doenças, para velar pela saúde das crianças.

Como verificamos ao longo do trabalho, no período de 1911 a 1918 a cidade de São Paulo se viu às voltas com epidemias, e com o alto índice de desemprego, faltavam alimentos e moradias na cidade, ameaçando a saúde da população. A escola foi o lócus privilegiado para ensinar novos hábitos e atitudes sadias.

Pela análise dos discursos, consonantes com os problemas gestados na cidade, entendemos que a higiene figurou na *Revista de Ensino* ligada a questões de ordem física, intelectual e moral, com participação nos debates do campo educacional.

# Bibliografia

## Fontes Primárias

*Anuario de Ensino do Estado de São Paulo*, ano 1907 a 1917.

PINTO, Fernando Diogo de Mendonça. *Relatorio sobre o estado da instrucção publica provincial no anno de 1852 apresentado ao Exmo. Presidente da Provincia pelo Inspector Geral da mesma instrucção publica*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

*REVISTA DE ENSINO*. Órgão da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, 1902-1910.

*REVISTA DE ENSINO*. Órgão da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1911-1918.

RODRIGUES, João Lourenço. Retrospecto Historico. In: *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1908.

## Bibliografia

ALMEIDA, Marta de. *República dos invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)*. Dissertação Mestrado (História) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998, 282 fs.

\_\_\_\_\_. São Paulo na Virada do Século XX: Um Laboratório de Saúde Pública para o Brasil. *Tempo*, Niterói, v. 10, n. 19, dezembro 2005. Disponível a partir do <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042005000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 mar 2011. doi: 10.1590/S1413-77042005000200006.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: Fernando A. Novais (coord. geral coleção), Nicolau Sevcenko (org.vol.). *História da vida privada no Brasil*, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARCE, Alessandra. *A pedagogia na “era das revoluções” : uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

- AURAS, Gladys Mary Teive. “Uma vez normalista, sempre normalista” *A presença do método do Ensino Intuitivo ou Lições de Coisas na construção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense 1911-1935)*. Tese (doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, 2005, 290 fls.
- BAÑUELOS, A.T. La higiene escolar: un campo de conocimiento disputado. *Areas Revista de Ciencias Sociales*, Murcia (Espanha), n°.20, p.73-94, 2000.
- BASILE, Pedro. *Inspecção Medica Escolar*. São Paulo, 1920. Tese – Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.
- BEIGUELMAN, Paula. *A crise do Escravismo e a Grande Imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 2001, 4ª edição.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Impressões sobre a saúde. A questão da saúde na imprensa operária, São Paulo 1892/1925*. Dissertação de Mestrado (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992, 260 fs.
- BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação – Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- BLAY, Eva Altermann. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOMBASSARO, Ticiane. Formação de professores para educação física em Santa Catarina (1930-1940). In: *Florianópolis*, v. 12, n. 01, p. 153 - 167, jan. / jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/2208/1742>. Acesso em 30 Set 2011.
- BONTEMPI JUNIOR, Bruno. O Inquérito sobre a Instrução Pública no jornal *O Estado de S. Paulo* (1914). In: *Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, abril de 2006a. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/246BrunoBomtempi.pdf> Acesso em: 20 mai. 2010.
- \_\_\_\_\_. O Jornal *O Estado S. Paulo* no processo de americanização: o Inquérito de 1914 e o ensino moral e cívico. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia, novembro de 2006b. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Bruno%20Bontempi%20Jr%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 20 mai. 2010.

- BRESCIANI, Maria Stella. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: Simone Lucena Cordeiro (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo, vol. III*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984, 3ª ed.
- BRUZZO, Cristina. *Em nome da saúde ... da ordem e do progresso : discurso e pratica dos médicos do serviço sanitário paulista no final do século XIX*. Dissertação Mestrado (Educação), Faculdade de Educação Unicamp, 1989, 178 fs.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. *Os impasses da pesquisa microbiológica e as políticas de saúde pública em São Paulo*. Dissertação de Mestrado (Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1984, 233 fs.
- CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 13, n. 2, dez. 2005 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142005000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 mar. 2011. doi: 10.1590/S0101-47142005000200007.
- CARVALHO, Diana Carvalho de. A psicologia frente a educação e o trabalho docente. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 7, n. 1, June 2002 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722002000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100008&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722002000100008>.
- CARVALHO, Marta M. Chagas. A Caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: Diana Gonçalves Vidal e Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (orgs.). *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 14, n. 1, Mar. 2000 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100013&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 Set. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000100013>.
- CATANI, Denice Bárbara. *Educadores a meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

- \_\_\_\_\_. Informação, disciplina e celebração: os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo. In: *R.Fac.Educ.*, São Paulo, v.21, n.2, p.9-30, jul/dez. 1995.
- CENTOFANTI, Rogério. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 22, jun. 2006. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752006000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100003&lng=pt&nrm=iso). acessos em 03 nov. 2011.
- CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos da história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- COSTA, Ana Maria Infantosi. *A escola na república velha*. São Paulo: EDEC, 1983.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004, 5ª edição.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico. Uma leitura do espaço urbano. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 01, número 02, 2002. Disponível em: [www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/download/181/147](http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/download/181/147). Acesso em 28 Fev. 2011.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva, 1985.
- CUNHA, Beatriz Belluzzo Brando, [et al]. *Psicologia na escola: um pouco de história e algumas histórias*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- DANTAS, Estélio Henrique Martin e GASTALDONI, Dante. Editoras de livros de esporte, Educação Física e lazer. In: DaCosta, Lamartine (org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Confef, 2006. Disponível em <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/288.pdf>. Acesso em 20 jul. 2011.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- FARIA, Moacir Alves. *Professores (des) assombrados: a luta pela manutenção dos direitos adquiridos nos periódicos paulistas especializados em educação (1902-1910)*, 2009, 86 fs. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Sorocaba.
- FERREIRA, Antonio Gomes. O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p.197-224, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://journal.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10355/9629>. Acesso em 28 Out. 2011.
- FREITAS, Affonso Antonio. *Tradições e Reminiscências Republicanas*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de. Da educação feminina à presença das mulheres na Revista de Ensino (São Paulo, 1902-1909: primeiras aproximações). In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/023\\_anamaria.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/023_anamaria.pdf). Acesso em 18 mar. 2010.
- GOIS JR, Edivaldo e BATISTA, José Carlos Freitas. A Introdução da gymnastica na Escola Normal de São Paulo (1890-1908). In: *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 71-87, julho/setembro de 2010. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/11491/10010](http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/11491/10010)> Acesso em 05 jul.2011.
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- \_\_\_\_\_. Medicina, higiene e educação escolar. In: Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2003.
- GOUVEA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, abr. 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 24 nov. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000100009>.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Leituras de formação: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX. In: *Revista Brasileira de História da educação*, nº 18, set/dez 2008, p.49-67.

- HALL, Michael. Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: Paula Porta. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, vol.3.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Historia da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. Herbert Spencer e o atual ensino de ciências. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia, novembro de 2006. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Bernardo%20Jefferson%20de%20Oliveira/Wojciech%20Andrzej%20Kulesza%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 30 Set 2011.
- LIMA, Gerson Zanetta de. *Saúde Escolar e Educação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- LUCA, Tania Regina. *A revista do Brasil: um diagnostico para a (n)ação*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MACHADO, Roberto, et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MARGOTTO, Lilian Rose. Explicações psicológicas, criança e educação moral nos periódicos educacionais paulistas das primeiras décadas do século XX. *Anais do 1º Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/085\\_lilian.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/085_lilian.pdf). Acesso em 20 Set. 2011.
- MARINS, Paulo C.G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: Fernando A. Novais (coordenador geral da coleção), Nicolau Sevcenko (organizador do volume). *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MASSAUD, Marcelo Garcia e Corrêa, Célia Regina Fernandes. *Natação para adultos*. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- MATHIESON, Louisa C. *Conversas sobre ler e escrever: alfabetização e cultura escolar na Revista de Ensino (1902-1910)*, 2009, 77 fs. Trabalho Complementar de Curso. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

- MEDEIROS, Valéria Antonia. O jornal *O Estado de S. Paulo* como principal divulgador das propostas educacionais da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924). In: *Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, abril de 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/282ValeriaAntoniaMedeiros.pdf>> Acesso em 21 mai. 2010.
- MELLO, Guiomar Namó (org). *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sobre Clemente Quaglio (1872-1948): notas de pesquisa, Patrono da Cadeira nº 31 “Clemente Quaglio”. In: *Boletim Academia Paulista de Psicologia – Ano XXVII, nº 2/2007*: 25-34. Disponível em <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/bapp/v27n2/v27n2a04.pdf>> Acesso em 08 jul. 2011.
- MORAES, Dislane Zerbinatti. As máscaras da Profissão Docente: um estudo sobre as biografias de filósofos, pedagogos, políticos e professores publicadas na Revista de Ensino (1902-1918). In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, Goiania, 2006. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe/individuais-coautorais/eixo02/Dislane%20Zerbinatti20Moraes%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 20 abr.2010.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- MOTTA, Cassio. *Cesario Motta e seu tempo*. São Paulo: João Bentivegna, 1947.
- NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: Denice Bárbara Catani e Maria Helena Câmara Bastos (orgs.). *Educação em Revista. A Imprensa Periódica em a História da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- OLIVEIRA, Rejane Cruz de. Ginástica Geral na Escola: uma proposta metodológica. *Revista Pensar a Prática*, v.7, n.2, 2004.UFG.Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/97/2352>. Acesso em 30 Out. 2011.
- ORTEGA, Francisco. Elementos para uma história da neuroascese. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, Sept. 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

59702009000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Sep. 2011.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702009000300003>.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. Notas para pensar a Educação Física a partir do conceito de campo. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v.22, n. Especial, p. 51-82, jul./dez.2004. Disponível em: <http://journal.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10337/9602>. Acesso em 28 Out. 2011.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues. *A organização administrativo-burocrática da Instrução Pública Paulista: estudo sobre o regulamento da Diretoria Geral de 1910*, 2007, 268 fs. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). PUC-SP.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do trabalhador. Poder na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PIRES, Denise. *Hegemonia médica na saúde e a enfermagem. Brasil: 1500 a 1930*. São Paulo: Cortez, 1989.

PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, vol.3.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: Paula Porta. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, vol.3.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893). In: Simone Lucena Cordeiro (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

ROCHA, José Fernando Teles da. *Do asilo dos Expostos ao Berçário: Assistência e Proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936)*. Campinas, SP: [s.n.], 2010, 265 fs. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A educação da infância. Entre a família, a escola e a medicina. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.235-262, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/12.pdf>. Acesso em 23 Out 2011.

- \_\_\_\_\_. *A higienização dos costumes. Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003a.
- \_\_\_\_\_. A produção do aluno higienizado. In: *VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, 2006. Disponível em: [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/416HeloisaHelenaPimentaRocha\\_e\\_VeraReginaMarques.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/416HeloisaHelenaPimentaRocha_e_VeraReginaMarques.pdf). Acesso em 07 Jul. 2009.
- \_\_\_\_\_. Educação Escolar e Higienização da Infância. *Caderno Cedes*, v.23, nº 59, p.39-56, abril de 2003b.
- \_\_\_\_\_. Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil. In: *Historia de la Educación.*, nº 28, 2009, p.109 – 134.
- \_\_\_\_\_. Escolarização, higienização e modernidade. In: *III Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004. Curitiba. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/492.pdf> Acesso em 06 mai. 2009.
- \_\_\_\_\_. Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças. In: *Educar*, Curitiba, n.25, p.91-109, 2005. Editora UFPR.
- \_\_\_\_\_. Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica. *Caderno Cedes*, ano XX, nº 52, novembro/2000.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta e GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v.20, n.02, p.493-512, jul./dez.2002.
- RODRIGUES, Jaime. Da “Chaga Oculta” aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX. In: Simone Lucena Cordeiro (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. Tradução de Marcos Fernando da Silva Moreira, colaboração de José Ruben de Alcântara Bonfim. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva, 1994.
- SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. In: Paula Porta. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, vol.3.

- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007
- SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008, 3ª edição.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando as águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*, 2006, 378 fs. Tese Doutorado (Economia Aplicada) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos 1872-1954. In: Porta, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, vol.3.
- SILVA, Ilíada Pires. *A Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade sócio profissional docente 1901-1910*, 2004, 316 fs. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.
- SILVA, Márcia Regina Barros da. O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. *Hist. cienc. Saúde -Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, Dec. 2001. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 Jul. 2011. doi: 10.1590/S0104-59702001000400003.
- SILVA, Márcia Regina Barros da. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da sociedade moderna. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.27, n. 53, June 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 Fev. 2011. doi: 10.1590/S0102-01882007000100011.
- SILVEIRA, Carlos. Apontamento para um História do Ensino Público em São Paulo – Revistas de Ensino. In: *Revista Educação*, v.VII, n.3, p.323-332, junho, 1929.
- SINGER, Paul. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 4. ed., 2007.

- \_\_\_\_\_. Educación Física escolar en Brasil: breve historia de la constitución de una pedagogía higiénica. In: Scharagrodsky, Pablo. *Gobernar es ejercitar: fragmentos históricos de la educación física en Iberoamérica*, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 20, n. 51, nov. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622000000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 21 set. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622000000200002>.
- \_\_\_\_\_. Lições da escola primária: um estudo sobre a cultura escolar paulista ao longo do século XX. In: *III Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004. Curitiba. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/485.pdf>> Acesso em 23 set. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 25, n. 2, July 1999 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97021999000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200010&lng=en&nrm=iso)>. access on 25 Ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97021999000200010>.
- STEPHANOU, Maria. Discursos Médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: Stephanou, M. e Bastos, M.H.C. In: *Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III: Século XX*. Petrópolis, RS: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. Saúde pela educação. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. In: *Anais do I Congresso de História da Educação*, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114\\_maria\\_ste.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2010.
- TEIXEIRA, Luiz Antônio. As febres paulistas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: uma controvérsia entre porta-vozes de diferentes saberes. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. Rio de Janeiro, 2004, vol.11, suppl.1 , pp. 41-66 . <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702004000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 Jul. 2011. doi: 10.1590/S0104-59702004000400003.

\_\_\_\_\_. Da transmissão hídrica a culicidiana: a febre amarela na sociedade de medicina e cirurgia de São Paulo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, nº 41, p.217-242, 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 Jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-01882001000200012.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Assistência sanitária e condições de saúde na zona rural paulista na Primeira República. *Rev.Bras.Estudos Pop.*, Brasília, 14 (1/2), 1997. Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol14\\_n1e2\\_1997/vol14\\_n1e2\\_1997\\_lartigo\\_3\\_17.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol14_n1e2_1997/vol14_n1e2_1997_lartigo_3_17.pdf). Acesso em 30 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983, 2ª ed.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel. Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989; publicado em co-edição com Instituto Cultural Italo-Brasileiro.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILAS, Maria Cristina Perez. *Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, 2003, 197 fs. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: Fernando A. Novais (coord. geral coleção), Nicolau Sevckenko (org.vol.). *História da vida privada no Brasil*, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 25, n. 66, ago. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622005000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 18 jul. 2011. doi: 10.1590/S0101-32622005000200003.

# **ANEXO**

S. PAULO ↔ DEZEMBRO DE 1909 ↔ ANNO VIII

REVISTA DE ENSINO  
ORGAM  
DA  
Associação Beneficente  
DO  
PROFESSORADO PUBLICO DE SÃO PAULO.



REDACTÔR-SECRETARIO :  
AUGUSTO RIBEIRO DE CARVALHO

REDACTÔRES - EFFECTIVOS :  
THEODORO JERONYMO RODRIGUES DE MORAES,  
BENEDICTO MARIA TOLOSA,  
ANTONIO PEIXOTO, JUSTINIANO VIANNA,  
JOSE' A. DE AZEVEDO ANTUNES.



PUBLICAÇÃO - TRIMESTRAL



NUMERO 4



TYPOGRAPHIA NACIONAL

— DE —

CARLOS BORBA

Rua Onze de Agosto, 29 — (Antiga do Quartel)

S. PAULO

*Beatriz Lima*  
*Arank*